



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 020

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 28 DE MARÇO DE 2006

ANO XXXI

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PMDB

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PMRB

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PT Ângelo Vanhoni
PDT Luiz Carlos Martins
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMRB Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cesar Seleme - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

DIÁRIO Nº 020

SUMÁRIO

Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão	02
Expediente:	
Requerimentos	03
Projetos de Lei	03
Pequeno Expediente:	
Dep. Tadeu Veneri.....	04
Dep. Durval Amaral.....	05
Dep. Ratinho Júnior	06
Dep. Elio Rusch	07
Dep. André Vargas	07
Dep. Pedro Ivo Ilkiv	08
Grande Expediente:	
Dep. Neivo Beraldin	09
Horário das Lideranças:	
Liderança do Bloco PP/PSB	
Dep. José Domingos Scarpellini	11
Liderança do PPS	
Dep. Marcos Isfer.....	13
Liderança do PDT	
Dep. Barbosa Neto	14
Liderança do PFL	
Dep. Durval Amaral	16
Liderança do PT	
Dep. Ângelo Vanhoni	17
Liderança do PSDB	
Dep. Valdir Rossoni	18
Liderança do Governo	
Dep. Natálio Stica	22
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	23
Encerramento da Sessão	25
Publicações:	
Ata de Comissão	
Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente	25

017ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 017ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2006

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelos Srs. Deputados Elio Rusch e Marcos Isfer.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ailton Araújo, André Vargas, Ângelo Vanhoni, Barbosa Neto, Chico Noroeste, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, José Domingos Scarpellini, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (30). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Nereu Moura, Geraldo Cartário, Ademir Bier, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nelson Justus, Nelson Garcia e Rafael Greca (23); e em viagem representativa a Sra. Deputada Cida Borghetti (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:***Requerimentos*****REQUERIMENTO Nº 589**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a inversão total da pauta da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 28.03.06.

(a) DURVAL AMARAL

Apoioamento:

Ratinho Júnior, Ademar Traiano, Plauto Miró Guimarães e Barbosa Neto.

Projetos de Lei**PROJETO DE LEI Nº 141/06**

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual do Clube Atlético Paranaense, a ser comemorado anualmente na data de 26 de março.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.03.06.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem como fundamento as recentes participações em campeonatos do Clube Atlético Paranaense.

O bom desempenho do Clube tem ajudado a destacar o Estado do Paraná não só no âmbito nacional como também no âmbito internacional, como exemplificativamente na conquista do vice-campeonato da Copa Libertadores da América, em que o Clube era reconhecido como “El Paranaense”.

Contando desde já com o apoio expresso de alguns nobres Pares que subscreveram apoio, Deputado Nelson Justus e Deputado Hermas Eurídes Brandão, assim como o Sr. Vice-Governador Orlando Pessuti, a presente proposta será uma justa homenagem ao Clube que muito colabora com o desenvolvimento do Estado.

Sendo assim, espero contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 142/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Apodem - Associação de Proteção e Desenvolvimento de Moradores, com sede e foro no município de Piraquara, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.03.06.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A Apodem - Associação de Proteção e Desenvolvimento de Moradores é sociedade civil, sem fins econômicos, partidários ou religiosos, que tem por principais objetivos:

a) promover e contribuir para a formação e desenvolvimento de vida comunitária dos moradores da Associação;

b) representar os moradores da associação em suas reivindicações junto aos poderes constituídos;

c) promover e contribuir para o desenvolvimento humano, cultural, social, econômico, e bem-estar da comunidade;

d) receber e administrar recursos de qualquer espécie e de qualquer natureza;

e) colaborar com poderes públicos, conselhos e outras entidades existentes na comunidade, dando-lhe conhecimento dos problemas na vila, pleiteando as respectivas soluções;

f) desenvolver trabalho com a criança, adolescente e idoso, proporcionando-lhes uma melhor qualidade de vida;

g) desenvolver cursos de alfabetização e cursos de capacitação aos jovens e idosos;

h) desenvolver atividades esportivas.

A Associação preenche os requisitos exigidos para sua declaração de Utilidade Pública Estadual, eis que conforme se comprova com os documentos aqui anexados, possui personalidade jurídica, devidamente inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, prestando desinteressadamente serviços à comunidade e sua diretoria não é remunerada.

Anexa-se, ainda, Ata de Eleição da Diretoria atual, Relatório de Atividades do último ano, bem como cópia da Lei Municipal 723/04 de Piraquara, que declarou de Utilidade Pública a Associação no Município.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Pequeno Expediente:**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Passamos de imediato ao Pequeno Expediente.

Pela ordem, com a palavra o Deputado Reni Pereira.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, há poucos minutos este Deputado, na qualidade de Deputado e não como Vice-Presidente da Comissão de Educação, juntamente com o Deputado Veneri e também o Deputado Barbosa Neto, que são membros da Comissão de Educação, recebemos a caravana de professores que hoje visitam esta Casa e requerebam uma reunião de maneira institucional com a Comissão de Educação.

Então, na qualidade de Vice-Presidente da Comissão de Educação, gostaria de usar a tribuna, agora, para convocar de maneira oficial, os Deputados Cesar Seleme, Tadeu Veneri, Nelson Justus, Barbosa Neto, Luiz Fernandes Litro e seus suplentes Rafael Greca, José Domingos Scarpellini, Cida Borghetti, Padre Paulo, Elio Rusch, Renato Gaúcho e Luiz Nishimori.

Estou fazendo isto na impossibilidade, em virtude de um mal-estar da Presidente Elza Correia, que pediu que eu o fizesse, para que depois desta Sessão e da próxima - se houver - nós nos reunamos de maneira oficial no plenarinho desta Casa, com os manifestantes, bem como os membros da APP.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está registrado o convite a todos os Parlamentares da Comissão de Educação.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, visitantes.

Hoje, para nós da Assembléia Legislativa, é um dia histórico, porque pretendemos votar, e vamos votar, vamos colocar em votação, um projeto que prevê, Sr. Presidente, a eliminação da prática do nepotismo no Estado do Paraná, projeto que foi de Emenda Constitucional, protocolado no ano passado, mas que recebeu a assinatura de mais de vinte e cinco Deputados. E que sem dúvida nenhuma, Sr. Presidente, não poderia, e nem é projeto de um Deputado, mas é, sim, um projeto da Assembléia Legislativa como um todo.

Sabemos, Deputado Ângelo Vanhoni, da dificuldade que é muitas vezes se mudar situações que são polêmicas e que requerem um debate aprofundado, sabemos disso, e sabemos que para aprovarmos inclusive este projeto, precisamos de mais de trinta e dois votos. Mas, não vamos deixar de buscar a responsabilidade de cada um dos Srs. Deputados e Deputadas, e nem poderia ser diferente, e sabemos que todos têm o compromisso com a população e com aqueles que os elegeram. Por isso, quero cumprimentar a todos que vieram aqui hoje para

acompanhar essa votação. Sejam bem vindos, sejam bem-vindas.

Recebemos há pouco uma mensagem do ex-Presidente, hoje Vice-Presidente da Associação dos Magistrados brasileiros, Roberto Bacelar, que se posiciona totalmente favorável à emenda apresentada por esta Casa, e espera, e mandou isso para todos os Deputados, que ela possa ser votada e aprovada no dia de hoje. Nem poderia ser diferente porque a MP foi quem detonou inclusive o processo que culminou com o fim do nepotismo no Judiciário, quando alguns Desembargadores entenderam que não deveriam cumprir aquilo que havia sido determinado pelo Conselho Nacional de Justiça, foi a MP que entrou junto ao Supremo Tribunal Federal com um questionamento em que foi julgado procedente o ato do Conselho Nacional de Justiça. Digo isso porque me parece que independente das resistências pontuais que possam existir, a história se move para frente, a história não se move no sentido das vontades individuais, e a história mostrará que o nepotismo é uma prática ultrapassada e que tem que ser derrotado no Estado do Paraná, independentemente da vontade pontual. Por isso, quero cumprimentar a Comissão, na Presidência do Deputado Durval Amaral, e que teve o substitutivo feito pelo Deputado José Maria Ferreira, que soube fazer da PEC que nós havíamos apresentado um substitutivo muito melhor, muito mais abrangente e compatível com a realidade, que estamos vivendo.

Obviamente que não é aquilo que todos gostaríamos. Não é. Gostaríamos que nem tivéssemos que votar tal projeto, porque a Constituição Federal, no seu artigo 37, já prevê a moralidade, a impessoalidade como regras para contratação do serviço público. Mas, nem sempre o que a Constituição prevê é cumprido.

Por isso, gostaria de fazer menção a um trecho do Padre Vieira quando diz nos sermões:

“Pelo que fizerem alguns serão condenados. Pelo que deixarem de fazer condenar-se-ão a todos. A omissão é o único pecado que se faz não fazendo.”

Esta Assembléia Legislativa pode ter todos os pecados, mas não o pecado da omissão e da ausência. Não pode ter o pecado de se esconder atrás de gabinetes com telefonemas para que não venha ao plenário. Não pode ter o pecado de fazer com que a história se mova para trás.

Quero cumprimentar o Presidente Hermas Brandão, por sua atitude firme, porque graças à Mesa Diretora e aos Deputados da Comissão, estamos votando esse projeto hoje. O resultado não sabemos, porque vai depender da votação. Mas a história nós já sabemos.

A história é que o Paraná não pode conviver com práticas do século XIX. O Paraná não pode conviver com a casa grande. Não pode conviver com aqueles que ainda entendem de uma forma atrasada.

Agradeço ao Líder da Bancada do PT por me conceder mais cinco minutos.

Quero concluir lembrando que, para algumas pessoas, apesar do discurso avançado e de algumas práticas avançadas, ainda consideram que estamos vivendo um período em que a Revolução Francesa não existiu e que o Estado sou eu, como dizia Luiz XV.

O Estado são todos aqueles que trabalham para que tenhamos igualdade de direitos.

O Estado são todos aqueles que constroem com suas forças uma sociedade melhor, democrática e uma República. E essa prática da República não pode ser uma prática onde poucos têm direitos diferentes dos demais.

Por isso, estamos apresentando esse projeto. Volto a insistir: esse é um projeto da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que teve a grandeza de entender que, independentemente do que o Congresso faça, pois está lá há nove anos e não tem força suficiente para votar, e esta Assembléia Legislativa coloca em votação. Depois do Rio Grande do Sul, em 1995, é a primeira a colocar em votação um projeto dessa natureza.

Há que se ter grandeza em todos os Partidos, porque não é um projeto de um Partido. Tanto que o relator é o Deputado José Maria Ferreira, que é do PMDB.

Há que se ter grandeza para entender que podemos tentar segurar o tempo, mas não conseguimos fazer.

Encerro, Deputado Ângelo Vanhoni, lembrando uma frase que nós, do Movimento Sindical - o senhor foi Diretor do Sindicato dos Bancários na mesma época em que eu fui - usávamos, muita vezes, como bancários, como sindicalistas. Não sei se esta frase é do querido Che, mas ela diz que os poderosos podem destruir uma, duas, dez rosas, mas não podem deter a primavera, porque ela vai acontecer independente da sua vontade. Por isso estamos aqui.

Podem fazer a pressão que quiserem, mas não podem impedir a história de caminhar e a história, repito, não pode conviver como se fôssemos um Estado do século XIX, onde meia dúzia de famílias controlam como se fosse um Estado seu e não da população paranaense.

Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

A seguir, com a palavra, o Sr. Deputado Durval Amaral.

Deputado Durval Amaral (PFL)

O SR. DURVAL AMARAL

Exmo. Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhoras e senhores que nos honram nesta tarde com suas presenças.

Quero, especialmente, cumprimentar os professores do Estado do Paraná que estão em marcha pela luta por reivindicação salarial; quero cumprimentar os despachantes do Estado do Paraná que, nesta tarde, lutam pela derrubada de um veto apostado a um projeto de interesse da categoria e, muito especialmente, Sr. Presidente, marcar como data histórica para o Paraná, este 28 de março. His-

tórica porque a Assembléia Legislativa, a maioria dos Srs. Deputados, a força e a determinação do nosso Presidente Hermas Brandão, a idéia de Tadeu Veneri e de mais 25 outros Deputados, quer pôr um fim a uma prática nefasta que injuria a todos nós, cidadãos, e à sociedade: a prática nefasta do nepotismo.

Chegou a hora da verdade, Sr. Presidente. A Assembléia e os Srs. Deputados nada mais fazem do que ser o eco e a caixa de ressonância da sociedade. A imposição vem das ruas; a imposição vem da sociedade. O vento sopra de Norte a Sul deste país, querendo moralização, querendo transparência, querendo a proibição do nepotismo. Irresponsável aquele que se puser contra a vontade do cidadão brasileiro; irresponsável aquele que tiver a ousadia de se ausentar do plenário, nesta tarde, para não dar quórum a essa votação.

Queremos votar, Deputado Tadeu, porque foi esta a conclusão que chegou a Comissão Especial, presidida por mim, relatada pelo Deputado José Maria, acompanhada com vontade, garra e determinação por V. Exa. e pelo Deputado Luiz Carlos Martins, pelo Deputado Litro. Fizemos a síntese daquilo que era possível avançarmos, porque não poderíamos cometer a imprudência de elaborarmos uma Emenda Constitucional só para marcar posição no Paraná e que, amanhã, quando o Congresso Nacional promulgar a sua Emenda Constitucional, efetivamente a nossa ficaria por terra, derrubada, caída, sem força de lei, porque se tornaria inconstitucional.

Fizemos o quê? O nepotismo, a partir da promulgação que será feita pela Assembléia Legislativa, está proibido no Paraná. Nenhum parente mais poderá ser contratado, quer seja no Poder Judiciário onde o Conselho Nacional de Justiça já baixou norma, quer seja no Ministério Público do Paraná, quer seja na Assembléia Legislativa, quer seja no Poder Executivo. E aí no Poder Executivo, não só entra as Secretarias de Estado, nobre Presidente, mas também na administração indireta. Não poderá na administração direta ou indireta se demitir ou exonerar um Secretário de Estado e arrumar um salário, um pecúlio para ele, num conselho de administração como a Copel, como a Sanepar ou Detran.

Procuramos abranger todo o Estado do Paraná; todos os municípios, todas as Câmaras Municipais, e tenho certeza que com esse avanço, nobre Presidente, que essa conquista só se cristaliza graças a um entendimento: Parlamento é arte de dialogar, de buscar na maioria dos pensamentos uma síntese transformando aquilo em lei. E é isso que estamos fazendo.

O nepotismo no Paraná, proibido que será a partir da promulgação dessa lei, vamos vedar em todos os poderes.

Claro, alguns pensaram que poderia haver, Deputado Tadeu, artifícios para evitar a proibição do nepotismo. Alguns até com segundas intenções tentaram fazer com que a Emenda Constitucional que estamos aprovando nesta tarde, tenho certeza, pudesse ter vícios de inconstitucionalidade. E o que é, Deputado Marcos Isfer,

o vício da inconstitucionalidade? Deixar alguma brecha para que alguma entidade com prerrogativa legal pudesse argüir no Supremo Tribunal Federal a inconstitucionalidade da lei do nepotismo.

Quem sabe no discurso fácil do nepotismo cruzado. Quem sabe no discurso fácil de alguma jogada jurídica para se impedir isso. Tivemos a cautela, porque todos aqueles, a partir da promulgação, estarão proibidos, aqueles que têm poder de contratação, estarão proibidos de contratar. E se dará um prazo, não o ideal, mas o possível de 180 dias para que essas pessoas sejam demitidas, exoneradas. Como fez o Conselho Nacional de Justiça que também deu um prazo semelhante, de noventa dias, estamos dando de 180 para equacionar efetivamente, haja vista que nas Prefeituras Municipais, nas Câmaras Municipais, da administração direta e na administração indireta estará proibido.

Então, Sr. Presidente, feitos os esclarecimentos iniciais, quero agradecer a V. Exa. e não vou ocupar o horário da Liderança do meu Partido, o PFL.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pequeno Expediente, Deputado Ratinho Júnior.

Deputado Ratinho Júnior (PPS)

O SR. RATINHO JÚNIOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, também aos professores, aos nossos visitantes, uma boa-tarde.

Venho em nome do meu Partido, o PPS, em nome do Deputado Marcos Isfer, da Deputada Arlete Caramês, do Deputado Waldir Leite, também do Deputado Ailton Araújo, falar deste assunto que sem dúvida alguma é tema da pauta de hoje da Assembléia Legislativa. E é a quebra de um paradigma que acontece há anos na política brasileira.

O Deputado Tadeu Veneri apresentou essa Emenda Constitucional no ano passado, e apresentamos um requerimento pedindo em regime de urgência, para que fosse votada, o mais rápido possível, essa Emenda Constitucional sobre o nepotismo. Atendendo à Mesa Executiva, em nome do nosso Presidente Hermas Brandão, entendendo a urgência e a importância da votação desse projeto, hoje é o grande dia, e nós do PPS estamos em peso, lamentando de público a não presença da Bancada do PMDB, do Governo do Estado, porque pelo menos deveria estar aqui para debater o assunto - poderia ser que não votasse a matéria, mas para debater deveriam estar presentes.

O que lamentamos também é que foram feitas emendas no projeto dessa Emenda Constitucional do Deputado Tadeu Veneri, que diminui o projeto. Hoje, o projeto só diz respeito a parentes de segundo grau e entendemos que deveríamos seguir igualmente, como foi feito no Conselho Nacional de Justiça, que amplia o projeto para os parentes de terceiro grau. Por que isso? Por-

que a emenda feita pela comissão faz com que o projeto seja um retrocesso, de tudo aquilo que brigamos e que a política paranaense vem brigando, que o Deputado Tadeu Veneri vem brigando e que aqueles 27 Deputados que votaram e assinaram a Emenda Constitucional, querem. Isso foi reduzido, Deputado André Vargas.

Queremos colocar o nosso voto de protesto, por ter acontecido isso. Vamos votar o projeto antinepotismo, mas queremos registrar, porque no artigo 1º do inciso XXIV, diz o seguinte: *fica vetada a investidura para cargos em comissão do cônjuge, companheiro ou parente por adoção, consanguíneo, em linha reta e por afinidade, até segundo grau, dos respectivos titulares da prerrogativa de nomeação, inclusive, por delegação de competência*. Isso quer dizer que não posso contratar o meu pai e nem a minha mãe para trabalhar em um cargo público, por comissão, mas posso contratar os cinco irmãos do meu pai e os dez irmãos da minha mãe - os tios. O que não pode também, os sobrinhos, nessa emenda da comissão diz o seguinte: *os sobrinhos podem ser contratados, os irmãos não*. O termo nepote, Deputado Durval Amaral, com todo o respeito, sei da sua vontade em votar esse projeto também, tomei o cuidado de ir ao dicionário: *sobrinho do Papa, favorito; nepotismo: autoridade que os sobrinhos e outros parentes do Papa exerciam na administração eclesiástica; favoritismo, patronato*. Não pode contratar o seu irmão ou a sua irmã, mas pode contratar os filhos do seu irmão ou irmã. Isso vai continuar.

Estamos fazendo esse discurso para alertar que o nepotismo no Paraná acabe de uma vez e que não seja dada nenhuma brecha, para que no futuro alguns Prefeitos ou qualquer outra pessoa, que exerçam um cargo público, possam contratar. Queremos que as coisas sejam feitas da maneira que foi feito no Conselho Nacional de Justiça e que não dê brecha para que isso aconteça.

Parabenizamos a Emenda Constitucional do Deputado Tadeu Veneri, os Deputados que estão aqui hoje, para votar este assunto, mas lamentamos que essas emendas tenham sido feitas. Também lamentamos os 180 dias. Não eram necessários 180 dias; noventa dias é um prazo muito bom, para que aquelas pessoas que tenham parentes nos seus cargos públicos possam demiti-las. Dar seis meses para demitir um irmão, um parente, um tio ou um sobrinho, é muita coisa.

Estamos aqui dizendo que o PPS concorda com o projeto de antinepotismo. Vamos votar. Parabenizamos todos os Deputados. Não concordamos com as emendas, Sr. Presidente. Se Deus quiser, depois de promulgada e aprovada essa Emenda Constitucional, vamos dar uma nova redação e um novo texto a ela.

Muito obrigado.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra, Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (PFL)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros professores do Estado do Paraná, despachantes que aqui estão presentes, prestigiando a Sessão de hoje.

Eu ouvi, atentamente, as palavras do Deputado Durval Amaral, também do Deputado Ratinho Júnior, como as palavras do Deputado Tadeu Veneri sobre a Emenda à Constituição que está na Ordem do Dia, diga-se de passagem, o primeiro item da pauta do dia de hoje, mas me parece que nós não vamos ter quórum, Deputado Valdir Rossoni, uma vez que não estamos vendo a presença da Bancada do Governo aqui na Assembleia Legislativa.

Na verdade, temos uma proposta apresentada pelo Deputado Tadeu Veneri, foi discutida, aperfeiçoada na Comissão Especial que visa acabar com o nepotismo, em todos os níveis. O Governador do Estado do Paraná manda uma proposta para a Assembleia Legislativa, alterando exatamente esta PEC, ou seja, esta Emenda à Constituição. É importante os professores que são formadores de opinião, no Estado do Paraná, prestar atenção exatamente naquilo que o Governador queria fazer. O Deputado Durval Amaral, pela sua cadeira de bacharel em Direito, é profundo conhecedor desta área, ele me disse, quando desceu da tribuna: “Eu só esqueci de falar num assunto: a proposta do Governador do Estado do Paraná fere os princípios da isonomia uma vez que todos são iguais perante a lei, uma vez que o Governador, na sua proposta, não permite, por exemplo: O Governador Roberto Requião hoje tem irmão e esse irmão não pode ser contratado no Poder Judiciário ou no Poder Legislativo”. Ora, isso fere o princípio da isonomia e qualquer ADIN, qualquer ação de inconstitucionalidade em relação a isso, seria facilmente derrubada no Supremo.

Mas, o que me chamou muito a atenção, Deputado Marcos Isfer, é quando entraria em vigor essa emenda, encaminhada pelo Governador do Estado do Paraná.

Caros professores, sabem o que o Governador pediu? Que essa PEC fosse aplicada apenas a partir do dia 1º de janeiro, porque ele tem certeza que não seria mais Governador e os seus parentes estariam garantidos este ano, trabalhando no seu Governo. Tudo faz crer, que o Governador pensou dessa forma.

Outro assunto, Sr. Presidente, que gostaria de lembrar na Sessão de hoje, nos segundos que me restam, é que ontem eu falei num assunto que preocupa o Estado do Paraná. E eu, como cidadão do Oeste, tenho certeza que tem professores do Oeste também e não só do Oeste, do Paraná inteiro, não quero me tornar repetitivo, mas é importante que as pessoas que estão presentes hoje saibam disso: em 2003, quando se falou na construção da penitenciária federal no Estado do Paraná, alertamos o Governador: “Não permita a construção desse presídio federal porque o presídio federal será administrado pelo

Governo Federal.” E um presídio de segurança máxima, Deputado Scarpellini, serve para abrigar os criminosos de alta periculosidade em nosso país. Eu alertava dessa tribuna em 2003, para ser exato no dia 10 de setembro, que este presídio, quando concluído, serviria para abrigar os “fernandinhos beira-mar” da vida. E o que imprensa do Estado do Paraná noticiou no final de semana agora? “O presídio de segurança máxima será inaugurado em junho, no Estado do Paraná, mais precisamente na cidade de Catanduvas, no Oeste do Estado e deve abrigar o Fernandinho Beira-Mar”. E agora eu pergunto: se nós não conseguimos, Sr. Presidente, dar conta dos nossos criminosos, o Paraná ainda deve abrigar os criminosos do Brasil inteiro?! Ainda mais uma pessoa como Fernandinho Beira-Mar, que ninguém aceita! Isso é preocupante. Fui procurado por diversas pessoas hoje, principalmente do Oeste do Estado, tanto de Cascavel, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Guaraniaçu, enfim diversos municípios que possuem rádio e jornais e queriam saber a nossa posição em relação a esse presídio de segurança máxima. E tenho que relatar o fato efetivamente que está acontecendo.

Sr. Presidente agradeço a V. Exa., na verdade o que ia falar hoje nesses trinta segundos, lamentavelmente vi hoje, meio dia, na TV, os senhores também viram, mais uma ação do MST, dessa feita no Pará, no interior do Estado do Pará, quando na verdade...

(Manifestação das Galerias)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Peço que não se manifestem.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Somos favoráveis à reforma agrária e não à baderna. E acredito que aqui estão professores do Estado do Paraná que vão educar; quem viaja não é professor, quem viaja é baderneiro.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado André Vargas.

Deputado André Vargas (PT)

O SR. ANDRÉ VARGAS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, professores e professoras presentes, sejam muito bem-vindos a esta Casa, fica muito mais não só democrática, mas sintonizada com o povo do Paraná com a presença dos senhores e das senhoras, amigos e amigas que vêm aqui reivindicar justamente, a equiparação salarial que foi prometida pelo Governador.

O Governador tinha um slogan: “Fala, faz e sustenta.” Falou e não fez. E agora mesmo na TV Educativa sustenta calúnias contra o Presidente da APP, contra o Deputado Tadeu Veneri e defendendo inclusive que, mesmo aprovado por esta Assembleia, o projeto contra o

nepotismo, o Governador não vai demitir o seu irmão. Muito bem, Governador, muito bem!

Queria saudar também os despachantes, os representantes dos despachantes. Temos hoje um projeto importante e a presença de vocês também, aqui. Estaremos, na medida do possível, votando. Vários Deputados, aqui, Deputado Marcos Isfer e vários outros, votando pela derrubada do veto desse projeto importante que regulamenta a categoria. Quero informar também, Sr. Presidente, que levo hoje à Bancada do PT e depois aos demais Deputados, a discussão de dois projetos de lei: um que propõe a equiparação salarial dos professores e professoras e outro que propõe o plano de cargos carreiras e salários. Não tenho a pretensão, Presidente José Lemos, amigos e amigas, de resolver com isso a partir da minha pessoa, os problemas dos professores e professoras, somos 54 Deputados. Esse projeto corretamente deveria vir do Executivo, mas no passado nós também falamos isso e não fomos ouvidos, quando se apresentou um projeto de autoria de um Deputado Estadual que dobrou o salário dos Secretários de Estado e não argumentaram o ofício de iniciativa.

Portanto, quando argüírem eventualmente o ofício de iniciativa, estaremos defendendo que o projeto seja de fato, Deputado Marcos Isfer, Deputado Tadeu Veneri, V. Exa. que também devem assinar esse projeto, já discutimos isso.

Portanto, para finalizar, é muito estranho. Deputado Tadeu Veneri quando apresentou esse projeto, poucos de nós acreditávamos da possibilidade, porque o debate não estava amadurecido. Mas, o Brasil amadureceu, o Judiciário, através do Conselho Nacional de Justiça, deu o exemplo e agora é vontade dos paranaenses que se vote aqui o fim da contratação de parentes. É vontade da sociedade paranaense. Mas argüiu a Bancada do Governo Requião aqui nesta Casa, que esse projeto era para atingir o Governador. Não. E o Deputado Tadeu Veneri, e todos nós que assinamos esse projeto dizíamos: não, esse projeto é para regulamentar a situação das prefeituras, dos gabinetes todos, dos gabinetes de homens públicos que deveriam varrer essa prática do Estado do Paraná.

Hoje, não é para atacar politicamente o Governador, mas o Governador, ao articular a ausência da sua Bancada aqui, reconhece que o projeto visa, sim, regulamentar a situação das Prefeituras no Governo do Estado para todos os governos, mas o Governador assume para si, quando vai à Globo, vai aos meios de comunicação e diz: “mesmo se a Assembléia aprovar, eu, Governador, vou manter os meus parentes, dezenas de parentes contratados”. Diz então o Governador “é comigo” e assume, com isso, o enfrentamento, Sr. Presidente Hermas Brandão.

Portanto, mesmo que a Bancada não esteja aqui, aguardo para os próximos momentos, o relator do projeto. O Deputado Durval Amaral foi o Presidente, Tadeu Veneri foi o autor, mas o relator, Deputado José Maria

que discutiu, que debateu com a imprensa e que precisa estar conosco aqui para debater esse assunto.

Lanço um outro desafio para todos nós, Sr. Presidente. Esta Sessão é histórica e se nós não tivermos os 34 votos necessários (o voto é aberto), para apreciação da emenda, que nós não terminemos essa Sessão. Voltemos aqui com este projeto e que daqui não saíamos enquanto não banirmos o nepotismo da sociedade paranaense, dos Poderes públicos.

Portanto, Sr. Presidente, é razoável que assim seja. É o primeiro ponto de pauta. No primeiro ponto de pauta estará este projeto. Portanto, se nós não o votarmos, ele estará permanentemente, como primeiro ponto de pauta para que vote SIM ou vote NÃO, tenhamos uma posição, Por isso que a Bancada do Governo tem que estar aqui, ter coragem para dizer então, que o projeto não é adequado, mas não se esconder nos gabinetes.

Era isso, Sr. Presidente. Lançado o desafio. Que possamos dizer SIM à Emenda Constitucional e NÃO ao nepotismo.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao Deputado Pedro Ivo.

Deputado Pedro Ivo Ilkiv (PT)

O SR. PEDRO IVO ILKIV

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores professores, senhoras professoras que estão na luta pela reposição salarial, senhores despachantes que vieram aqui acompanhar a votação do veto.

Temos hoje, na Assembléia, um dia muito quente, com um projeto de lei de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que realmente vem em bom momento, logo após o Judiciário ter tomado a iniciativa e, diga-se de passagem, devemos isso ao Poder Judiciário, que fez com que as coisas comesçassem a se mexer. É bem verdade que o projeto do Deputado Tadeu Veneri já é de antes desse processo, de anos anteriores, mas grande mérito ao Poder Judiciário que fez com que o assunto viesse à tona.

O motivo que me traz à tribuna, gostaríamos de aproveitar a oportunidade, ontem tivemos as galerias lotadas por causa de um projeto de lei que atinge a Região Sul e Centro-sul do Estado do Paraná, que são agricultores familiares, e que preservaram florestas em sua propriedade além do que a lei exige, e que hoje não têm compensação nenhuma por isso e não conseguem usufruir dessa propriedade.

Então, estamos propondo, através de um projeto de lei, uma recompensa ambiental para esses agricultores. Fomos recebidos no Palácio Iguazu, fomos bem recebidos nesta Casa, onde apresentamos um vídeo com os depoimentos desses agricultores.

Hoje, estamos aproveitando esta oportunidade que estamos com professores de todos os núcleos, de todas as representações do Estado do Paraná, para convidá-los para um evento que estamos realizando na quinta-feira,

muito importante, para discutirmos a regulamentação do Fundeb, o novo Fundo da Educação. Muitas coisas que estão acontecendo neste momento nos bastidores estão passando despercebidas por todos nós.

Estamos trazendo representação da Comissão de Educação do Senado para discutirmos a regulamentação da Lei do Fundeb. É neste momento que estão se definindo os valores *per capita* para a educação infantil, para a educação de 0 a 3, para a educação de 4 a 6, ensino fundamental e aí estão em jogo várias questões, desde o Plano de Cargos e Salários. Está em jogo a demanda que vai ser atendida, das matrículas da educação infantil, prevista na regulamentação com apenas 5% ao ano, de acréscimo da demanda que está reprimida e que é muito pouco.

Na educação de jovens e adultos estão previstos só 10% da demanda, a utilização desses recursos para serem gastos com as universidades.

Então, é muito importante, nesses sessenta dias que deve demorar para a regulamentação do Fundeb e que possamos estar atentos, e nós estamos tomando a dianteira neste trabalho, a nível de Estado do Paraná, para que ainda nesses sessenta dias possamos nos mobilizar junto às entidades ligadas à educação infantil, que é o Movimento da Educação Infantil do Brasil, para que possamos fazer uma luta e pressionar o Congresso Nacional por esses valores e para que a regulamentação da Lei do Fundeb seja a melhor possível.

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados.
Muito obrigado.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Deputado Neivo Beraldin.

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (**Pela Ordem**)

Apenas para registrar a presença na Sessão de hoje, dos Vereadores do município de Serranópolis do Iguaçu: Cristina, Dulce Zanata e o Valdir Mazurana.

São os Vereadores que prestigiam a Sessão de hoje aqui na Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrada a presença dos nossos Vereadores.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Queremos registrar também as vaias daqueles baderneiros que vêm aqui.

(Vaias e manifestações da platéia)

E os bons professores que nós enquadramos.

(Manifestações da platéia)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o Sr. Deputado Neivo Beraldin.

(Novas manifestações da platéia)

Deputado Neivo Beraldin (PDT)

O SR. NEIVO BERARDIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ilustres visitantes que nos honram com sua visita na tarde de hoje.

Tenho uma preocupação também...

(Manifestação de uma senhora da platéia)

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

A Copel. Nós votamos para que ele não fosse vendida.

E o Banestado foi vendido...

(Manifestação de uma senhora da platéia)

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Como é que é?

(Nova manifestação)

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

A senhora está mentindo e a senhora está me ofendendo!

Sr. Presidente, há uma senhora me ofendendo, na tribuna, mentindo...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Se houver manifestação...

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Ela se manifestou e mentiu.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Se houver manifestação, vamos suspender a Sessão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A senhora, por favor, se apresente.

Olhem bem, ela é Presidente do Sindicato dos Bancários. Eu fui Presidente da CPI do Banestado. Revelamos 1242 páginas encaminhadas à Justiça.

Se o Lerner continua solto, é porque a Justiça não prendeu, mas a CPI encaminhou para o seu indiciamento e está com os bens indisponíveis e além do quê, tornamos público um livro que V. Sa. deveria ter tido acesso, como Presidente do Sindicato do Banco e que jamais na história do Estado alguém já tornou público

quem arrombou o Banco e quem levou o dinheiro e não pagou.

O Sindicato jamais disse que o povo do Paraná tinha que pagar cinquenta milhões de reais por mês, até março de 2029.

(Uma senhora se manifesta na platéia)

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Ah, meu Deus do céu, daí eu não agüento. Sinceramente eu não agüento.

Para vocês terem uma idéia, a CPI quebrou o sigilo do Banco Central. O Sindicato não tem poderes para quebrar sigilo do Banco Central e nem tampouco das auditorias do Banco do Estado, de 1990 a 2001 e, nem tampouco analisar 120 mil páginas de documentos. O Sindicato jamais colaborou com a CPI, muito pelo contrário, torcia para que mais uma CPI acabasse em pizza.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está suspensa a Sessão por cinco minutos.

(Suspensa a Sessão)

Está reaberta a Sessão.

Ao reiniciar os trabalhos, faço um apelo aos nossos ilustres visitantes, que não se manifestem nas galerias. Se houver manifestação, seremos obrigados, conforme determina o Regimento Interno, a suspender a Sessão.

Com a palavra o Deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB) (**Aparte**)

Agradeço a colaboração de V. Exa. e gostaria de me dirigir às pessoas que estão aqui presentes, que temos que ter um pouco de cuidado porque sabemos que não são professores, despachantes, não são as pessoas que estão aguardando aqui nós votarmos o que é de interesse do povo paranaense.

Mas, temos que ter um pouco de cuidado, porque podem haver pessoas infiltradas procurando conturbar o ambiente da Sessão de hoje para que não se vote nada. Só estou pedindo, em nome dos Deputados que estão dispostos a colaborar e votar as questões que estão na pauta, para que não deixemos que a situação se complique devido a uma, duas ou três pessoas que estão perturbando o ambiente e de repente não vamos ter a oportunidade de nos manifestar nesta Sessão.

Agradeço o aparte de V. Exa.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Antes de dar continuidade à nossa fala, gostaria de registrar que quem está na sala dos visitantes é a Marisa Stédile, quem bateu boca com este Parlamentar que estava na tribuna, levantou calúnias, que certamente não pode provar, porque conheço perfeitamente a minha atuação parlamentar aqui na Casa.

Que fique registrado nos Anais desta Casa que essa senhora fez um ato que o Brasil inteiro já não agüenta mais. É aquele ato de desrespeito. Porque quando desrespeitamos alguém, estamos sujeitos a ser também desrespeitados.

Não podemos mais aceitar esse tipo de comportamento de alguém que chega numa autoridade ou alguém que esteja usando a palavra e que essa pessoa interfira e agrida como se fosse dona da verdade.

Este país passa por um momento difícil, está realmente num dos piores momentos que a história já registrou. E precisamos retomar a ordem, retomar o respeito e a educação, que primeiramente há de vir de casa, de cada um. Não podemos estar aqui, trabalhando para o povo, diuturnamente, e ouvir alguém, por se achar no direito de falar, pode chegar e “bater boca” com um Parlamentar que é eleito pelo povo, que tem a responsabilidade e a obrigação de falar, de denunciar, de dizer a verdade e não pode, evidentemente, sofrer este tipo de ataque e até mesmo o descaso dos nossos assessores.

Então, Sras. e Srs. Deputados, o que eu vinha falar hoje nesta tribuna é que o Governo Federal criou o Parque Nacional dos Campos Gerais. Mas, ele criou o Parque Nacional apenas no papel, porque não regulamentou o Parque, não pagando, não indenizando aquelas pessoas que são proprietárias. Evidentemente este parque não pode se credenciar para receber recursos, a Lei do ICMS Ecológico, de nossa autoria, que disponibiliza 5% do que pertence aos municípios do Paraná para o meio ambiente.

Nesses treze anos da vigência da lei, o Paraná já distribuiu mais de um bilhão e duzentos milhões de reais aos municípios que preservam o meio ambiente. Como compensação por aquelas áreas que eles possuem. Doze estados do Brasil copiaram a lei feita por esta Casa. Embora alguém tente desqualificar diariamente, porque via de regra, a imprensa está sempre a favor do Executivo. E temos uma grande dificuldade, porque estamos aqui simplesmente representando o povo.

Então, há outros parques no Estado do Paraná que foram criados. Apenas criados, uma espécie de faz de conta, porque não podem entrar em vigor como tal, sem que os proprietários sejam indenizados e os parques regulamentados.

Portanto, encaminho ao Presidente do Ibama e também à Ministra Marina Silva, para que providenciem a regulamentação desses parques, a fim de que eles possam credenciar-se a receber recursos da Lei do ICMS Ecológico, instituída pioneiramente no Estado do Paraná e votado aqui nesta Casa.

Então, Sras. e Srs. Deputados, não vou me alongar, porque desejo ver a Ordem do Dia sendo discutida. Agora, quero lembrar a todos os presentes que matéria de mudança da Constituição precisa de 33 votos nominais. E pelo que vemos no Plenário não temos, hoje, 33 votos para dizer SIM à matéria constitucional.

Mas, lamentavelmente, esta não é a culpa do Tadeu Veneri nem do Durval Amaral e nem dos Deputados que

estão aqui para votar. Sinceramente, este peso há de ficar em cima daqueles que se ausentaram. Mas, certamente se ausentaram hoje para vir amanhã. É um jogo político e temos que saber entender. Agora, quando tivemos aquele jogo político, quando o ex-Governador Jaime Lerner queria vender a Copel e nós ficamos aqui dentro 23 horas falando, usando a tribuna durante doze vezes para manter a Sessão em pé, quando tentamos em 97, 98, conseguirmos as assinaturas para constituir a CPI do Banestado, não tivemos os votos suficientes. O Governo do Estado da época, sabia o que estava acontecendo no Banco do Estado. O Secretário da Fazenda sabia. O Banco Central sabia perfeitamente. Os funcionários do Banco, os diretores, sabiam perfeitamente. O Tribunal de Contas escondeu.

Em 2003, graças ao incentivo do Governador atual, conseguimos, das 33 assinaturas necessárias, dezoito apenas, e montamos a CPI. A CPI é o orgulho desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná! E quero acreditar que no Brasil, nenhuma CPI foi tão fundo quanto foi esta. Mais de cem pessoas já estão indiciadas, muitas pessoas enquadradas como chefes de quadrilhas, como já disse anteriormente, mesmo o ex-Governador do Estado do Paraná teve, pela Justiça, tornado os seus bens indisponíveis. Portanto, não pode vender um telefone. Ele foi a Brasília, no Supremo Tribunal Federal, dizendo que tinha foro privilegiado, e como tinha na época como governante, lá caiu.

No entanto, agora o Supremo banuiu da história do Brasil o foro privilegiado para governantes, ou ex-governantes.

Volta-se à estaca zero, e há muita gente, não digo muitos, mas há alguns cumprindo pena no Ahu, outros já condenados em segunda instância.

Há um trabalho realizado pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná que certamente pode se orgulhar diante do Brasil, porque quando nós presidimos essa CPI, antes de convocar as pessoas para o depoimento, fomos quebrar o sigilo do Banco Central, fomos quebrar o sigilo das auditorias do Banco do Estado de 1990 a 2001.

Portanto, lá estavam reveladas todas as falcaturas, e quando aprovamos o relatório por este Plenário, e dentro da Comissão, foi dentro do critério técnico e dentro daquilo que preceitua uma CPI que quer chegar ao final. Chegamos ao final, fizemos o nosso trabalho, e não é possível que esse trabalho seja ignorado, até porque, após esse relatório estar à disposição da Justiça pela primeira vez na história do Paraná, e quem sabe do Brasil, eu pedi ao jornalista Wilson Gazino para que escrevesse um livro sintetizando o que foi o rombo do Banestado, de que maneira ele foi avaliado, enfim, tudo isso está escrito por um livro antes jamais visto na história deste Paraná e deste país, os nomes dos bacanas revelados. E na verdade fizemos o quê?

Simplesmente cumprimos com a nossa função, com o nosso dever Constitucional legal e moral, e não podemos, evidentemente, aceitar que alguém venha jogar

pedra num trabalho que marcou história no Estado do Paraná. Nós vamos até o fundo, estamos sempre trabalhando nesse sentido, a ponto de que nós, enquanto Deputado, enquanto Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle desta Casa, permanentemente fiscalizamos as empresas de economia mista do Governo, só no ano passado foram mais de cem requerimentos solicitando informações, e que a Comissão analisou, está dando resposta à sociedade.

Então, para encerrar Sr. Presidente, quero deixar a minha gratidão à platéia presente, e dizer que fico muito triste de ainda saber que uma líder sindical pode se dar ao direito e ao luxo, sem que a polícia, ou sem que a segurança da Casa tome nenhuma providência contra o fato ocorrido no dia de hoje, aqui.

Certamente ficará registrado na história dos Anais da Assembléia, porque assim tem que proceder a verdade. Nós não temos, Deputado, Scarpellini, que sermos bonzinhos, nem maus; devemos ser sempre justos.

Muito obrigado.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL) (Pela Ordem)

Está havendo alguma solenidade na Assembléia, ou no Palácio Iguaçu, Sr. Presidente, aonde Deputados da nossa Casa estão nos representando?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Deputado Plauto, não temos conhecimento oficial de nenhuma atividade.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL) (Pela Ordem)

Eu pergunto por que a Bancada do PMDB não está aqui hoje participando da Sessão, ou seja, há alguma coisa fora da Assembléia que a Bancada a está representando?

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Bloco PP/PSB. Deputado José Domingos Scarpellini por dez minutos.

Liderança do Bloco PP/PSB: Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores que aqui vieram de vários rincões do Paraná.

Devemos estar sempre buscando a verdade, a verdade deve ser buscada, porque através da verdade se faz a justiça. E através da justiça é que se premia os bons.

Queremos ver premiados os bons professores, os bons trabalhadores, os bons jornalistas. Queremos ver

premiado o bom filho, a boa mãe. Queremos que a justiça esteja presente entre as pessoas de bem.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ouvi aqui o Deputado Neivo Beraldin falar sobre a sua luta na CPI. Muito importante os esclarecimentos e a apuração dos fatos que, através de seu trabalho e empenho, de sua assessoria e de outros Deputados que compõem a sua Comissão de Fiscalização chegaram. Mas, só isso não basta para que a justiça seja feita.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ouvi também o Deputado falar, e não estou com uma procuração aqui do ex-Governador Jaime Lerner, que o ex-Governador Jaime Lerner está com seus bens indisponíveis e que ainda continua solto.

Não é um pré-julgamento que está se fazendo com relação às ações administrativas praticadas por um ex-Governador do Paraná?

Estive aqui como cidadão comum, Deputado Neivo Beraldin, na luta contra a venda da Copel. Junto com o Governador Álvaro Dias, Roberto Requião.

Estive aqui junto com sindicatos, Associação dos Funcionários do Banestado, a luta que se fez para que o Banco não fosse vendido.

Enfim, todos buscávamos alcançar os nossos objetivos e manter no Paraná, aquilo que entendíamos que nos pertencia. A Copel aqui; o Banestado aqui e o próprio Bamerindus, aqui. Foi uma luta incessante de muitas categorias e do povo paranaense.

Devemos buscar a verdade, porque só através da verdade faremos justiça.

Concedo um aparte ao Deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Quando me referi à indisponibilidade dos bens do ex-Governador, não foi a CPI do Banestado que pediu a indisponibilidade. Quem pediu foi o Ministério Público e quem concedeu foi a Justiça. Porque V. Exa. falou em pré-julgamento e não foi um pré.

Muito obrigado!

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Pré-julgamento quando V. Exa. diz que ainda caminha solto.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aqui está o nosso colega de Bancada o Reni Pereira, que faz parte do PSB.

Estamos presentes, como a nossa Bancada também está. Como está a Bancada do PPS, do PFL, do PSDB, do PDT.

Não está, para a votação de hoje, a Bancada do PMDB. Estrategicamente, o Governo está agindo dessa maneira.

Qual é a melhor maneira de se protestar contra isso que estamos vendo aqui? Ainda vi recentemente os outdoors espalhados pelo Paraná todo, 83% do povo apóia o Governo Roberto Requião.

Estou vendo as manifestações, muitas vezes nos criticam por uma colocação mal feita de uma palavra, como foi o caso com V. Exa., como foi com o Deputado Elio Rusch, como poder ser comigo, mas estamos aqui, errando ou acertando, enfrentando uma situação e vamos enfrentá-la.

Eu vi os outdoors Deputado Barbosa Neto, onde estava escrito que 83% do povo do Paraná apóia o Governador Roberto Requião. Eu discordo, tenho discordado sistematicamente disso.

O Sr. Luiz Carlos Martins (PDT)

Deputado Scarpellini, esse mesmo out-door que V. Exa. viu no interior, aqui em Curitiba dava 103% de aprovação para ele!

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Eu discordo. Acho que não é 83%, Deputado Rossoni, 100% da população que votou naquela pesquisa está realmente com o Governador Roberto Requião. Só não deu 100% naquela pesquisa porque a Dona Maristela estava viajando para Paris e não pode votar naquele dia, senão dava os 100%.

Essa pesquisa foi feita na casa do Governador, lá Granja do Cangüiri. Não foi feito pelas ruas do Paraná, pelas cidades do Paraná, não foi feito entre o povo do Paraná. Certamente, até os cavalos lá da Granja votaram o Requião para dar os 83%.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Realmente, tenho a minha insatisfação com relação ao Governo. Acredito que os Deputados que já se manifestaram também devam ter as suas insatisfações com relação a coisa que acontecem na esfera administrativa.

Não posso conceber que o Porto de Paranaguá, que foi o nosso principal gestor da economia, da exportação, da erva-mate, foi da madeira na época do pinho; foi do café no auge da economia paranaense, da pujança do Norte do Paraná. Era por ali que se exportava o café. O café, que era a principal divisa do Brasil, que era conhecido como o “coronel café” porque ele mandava na economia brasileira e era o Porto de Paranaguá e o Porto de Santos que disputavam no dia-a-dia quem mais exportava.

O que estamos vendo hoje no Porto de Paranaguá?

Pelas mãos do irmão do Governador, o Eduardo Requião de Mello e Silva, mantido sob pressão pelo Governador Roberto Requião de Mello e Silva, passou a ser o gargalo da economia.

Vimos a maior fila de caminhões que saía de Paranaguá e vinha em Campo Largo, que ganhou até o prêmio do Guinness Book. Vimos que o Porto de Paranaguá, ao invés de crescer, de se modernizar, em função da presença do irmão do Governador, passou e jogou para o Porto de Santos e para o Porto de São Francisco e Itajaí, os grandes movimentos da exportação da nossa agricultura paranaense.

Na Secretaria da Educação está o Maurício Requião de Mello e Silva (também), atravancando a Secretaria e fechando o diálogo com os professores. Ora,...

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Seu tempo já se esgotou, Deputado Scarpellini.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Fica agradecido e espero que o povo faça o julgamento.

Muito obrigado!

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, peço a palavra Pela Ordem, para que V. Exa. determine que chegue até às nossas mãos, de forma oficial, a Ata de onde a Assembleia Legislativa autorizou a contrair o empréstimo para sanear o Banestado e também a venda. Para que fique comprovado que este Deputado não votou. E que fique claramente comprovado, através de uma certidão expedida por esta Casa, para que nunca mais alguém ouse vir aqui e mentir e ofender um Parlamentar.

V. Exa., por gentileza, determine, porque tenho a consciência limpa e sei o que fiz e sei o que faço. Que me chegue às mãos de forma oficial.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Será registrado, Deputado Neivo Beraldin e o seu pedido será encaminhado aos setores competentes para que providenciem.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Quero saber se será atendido.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Gostaria que V. Exa. pudesse registrar por escrito, encaminhar à Mesa.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Posso fazer a Questão de Ordem no Plenário, o Regimento Interno me permite isso, mas posso fazer por escrito também.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Mas, será atendido, se V. Exa. quiser encaminhar por escrito, também.

Bloco PTB/PL/PMR.

(**Declina**)

PPS, Deputado Marcos Isfer.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

Estou sendo aqui verbalmente caluniado pelo meu colega de Partido, Augustinho Zucchi. Também querendo criar confusão em cima de nossa cabeça. Parece-me que alguma coisa está acontecendo de ciúme pelo trabalho

realizado, mas Excelência, outra vez solicito que me encaminhe oficialmente.

O PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Peço a sua compreensão para que possamos dar andamento, temos votação em seguida;

Assegurada a palavra ao Deputado Marcos Isfer.

Liderança do PPS: Deputado Marcos Isfer

O SR. MARCOS ISFER

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Agradeço. Dizia que desde o início desta Sessão, temos notado que em um momento tão importante da política paranaense, no momento em que os professores reivindicam não aquilo que eles só desejam, mas aquilo que lhes foi prometido, no momento em que temos aqui para votar um veto a um importante projeto dos nossos companheiros despachantes do Detran. Aliás, um veto que não consigo entender porque o veto se refere à competência exclusiva do Governador para legislar sobre o assunto.

Há discordância sobre o tema, é um tema que poderíamos debater por muito e muito tempo, mas, mais do que isto, é um projeto que traz justiça à classe dos despachantes.

E o projeto principal desta tarde, Deputado Luiz Carlos Martins, anunciado aos quatro ventos, divulgados exaustivamente, que hoje esta Assembleia estaria apreciando a questão do nepotismo. Que hoje esta Assembleia estaria dando exemplo ao Brasil de uma ação não de discurso, não de falso moralismo, não de falsa verdade. Mas, de um projeto. Que fosse dar o exemplo definitivamente para todo o Brasil, que a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, quando convocada pela população, sempre disse presente. Sempre esteve participante, agindo, fazendo, sustentando os seus atos. Diferente de outros que dizem, que agem e não fazem. Que prometem e não cumprem.

Esta Assembleia sempre cumpriu com o seu papel. E hoje, com muita surpresa, vejo nesta Casa - passaram por aqui 31 dos Srs. Deputados -, da bancada do PSDB, os Deputados Hermas Brandão, Rossoni, Traiano e Litro. Vejo, aqui, toda a Bancada do PPS, seus cinco Deputados, esse que vos fala, Leite, Arlete, Ailton Araújo e Ratinho Júnior. Vejo aqui a Bancada do PDT como um todo, os Deputados "Zuquinho", Neivo, Barbosa Neto e Renato Gaúcho. Vejo aqui a Bancada do PMR, representada pelo nosso companheiro Pastor Edson Praczyk. Vejo aqui a Bancada do PSB, como um todo, os deputados Scarpellini, Reni Pereira. Vejo aqui a Bancada do PT, os Deputados Vanhoni, Stica, Elton Welter, Pedro Ivo Ilkiv, Luciana Rafagnin e Tadeu Veneri, que dá entrevista -, vi o Deputado Padre Paulo, que tenho certeza estará aqui votando e está lá atrás.

Cadê a Bancada de apoio do Governo? Cadê o PMDB que tanto fala, discursa e cobra posições de Deus e o mundo, como se fossem donos da verdade? Querem aproveitar a mídia? Querem aproveitar a história por que passa o país e pegar carona em um projeto mandado de última hora, jogando o fim do nepotismo para o outro Governo? Por quê? Por que querem manter as suas benesses?

Vejo, aqui, já citei o Deputado Plauto, do PFL, os Deputados Durval Amaral e o Elio Rusch, que estão conosco e tenho certeza que estarão votando. Cadê aqueles que cobram dos outros, mas na hora de dar um exemplo não comparecem? De que têm medo? Por que retiram daqui os companheiros do PTB? Por que retiram daqui os companheiros do PP? Por que retiram a Bancada do PMDB? Por que faltam alguns Deputados? Acho que é esta pergunta, senhores professores, senhores despachantes, todos aqueles que estão aqui.

Esta é a grande pergunta que deve ser feita: por que mais uma vez querem continuar se servindo do que é público, para colocarem os seus privados, para lá colocarem aqueles que têm a benesse do rei, aqueles que têm a benesse de ter altos cargos e altos salários? Por que razão? Por mérito? Se for por mérito, vamos ao concurso público, que é justo e que todos os senhores fizeram. Se é por mérito, então, não há a necessidade da nomeação, há a necessidade de mais concursos públicos. Ou então vamos para a eleição. Recentemente, o Governador criticou dizendo que, eleição de Diretor de escola tinha virado picaretagem, coisa de quadrilheiro. Só que estranhamente, logo depois faz uma reunião no Teatro Guaíra, para dar posse a esses mesmos Diretores, quando vê que a população escolhe e escolhe bem.

É momento, senhores, de saber efetivamente é discurso e o que efetivamente é prática. Chega de ouvirmos discursos e mais discursos e, depois, quando no Governo, a prática não corresponde ao discurso. Depois, quando no Governo esquecem-se das promessas, esquecem-se daquilo que disseram à população. Era dever mesmo daqueles que desejassem votar contra, aqui estar para votar.

Lembro-me, e aqui alguém falou em votação da Copel. Foi a votação mas acirrada que eu já participei, nessa Assembléia! Votei contrariamente porque era a minha convicção, mas respeito àqueles que aqui vieram e deram seu voto de maneira diferente da minha. Respeito, porque aqui estavam, não fugiram à discussão, não fugiram se escondendo atrás da máquina do Poder, para amanhã fazer notícia! Não se esconderam!

Acho, senhores, que temos que assumir, em todos os momentos, nossas posições; temos que assumir aquilo que falamos e aquilo que iremos fazer.

É por isso que gostaria que hoje os senhores, que, sem sombra de dúvida, fazem parte da sociedade e por estarem aqui fazem parte de uma sociedade consciente que vem participar, que vem ouvir, que vem trazer o seu testemunho do que acontece nesta Assembléia, levem à

população, façam o trabalho de conscientização que é tão importante a este país e que, infelizmente, esta consciência política demora tanto a aflorar! Ajudem, ajudem a divulgar o que esta Assembléia faz, a coragem do Presidente desta Casa, a coragem dos Deputados que foram signatários do projeto, a coragem daqueles que aqui estão para dar o seu voto! E nós não sabemos como nenhum desses Deputados irá votar, mas todos têm a coragem de estar aqui assumindo a sua postura e a sua posição!

Então, senhores, para nós é importante, é fundamental que se divulgue aí fora: “Lá estavam, sim, a Bancada do PPS toda, a Bancada do PDT, a Bancada do PT, na sua grande maioria, a Bancada do PFL, a Bancada do PMR.” É importante que isto seja divulgado, é importante que isto seja levado a população porque senão cai novamente no vazio, fica o dito pelo não dito, fica aquilo que, infelizmente, a TV Educativa mostra à população e onde não há sequer a possibilidade da contradição, a possibilidade da discussão!

Sr. Presidente, só gostaria ainda, ao final do meu discurso, registrar a presença do Prefeito Clóvis Cocolotto, de São João, que se encontra conosco nos dando a honra da sua presença.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, gostaria de corrigir uma injustiça que pratiquei quando usei da tribuna. Falei das Bancadas aqui presentes e da Bancada mais importante, que é autora do projeto do nepotismo, o PT, eu me esqueci, veja só que situação!

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)
Quero saber se será atendido.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)
Está corrigido, Deputado Scarpellini.
Com a palavra, Deputado Barbosa Neto, Liderança do PDT.

Liderança do PDT: Deputado Barbosa Neto

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Esta Casa de Leis é um oásis em relação a este deserto em que a maioria dos políticos são desacreditados. Nesta Casa de Leis, Sras. e Srs. visitantes, nós temos um alto índice de presença dos Deputados, em plenário.

Hoje, infelizmente, isso não acontece mais aqui, o jeton foi banido há muito tempo, aqui não há pagamento por sessões extras para os Deputados, não há aposentadoria para os Parlamentares! Aqui, nos últimos três anos, registramos um recorde de projetos analisados e aprovados. Não há projetos que destoam da maioria dos sentimentos da população, projetos esdrúxulos

são raros nesta Casa! Infelizmente, na data de hoje, não podemos apresentar a presença dos Deputados que poderiam estar contribuindo para que os professores, para que os despachantes, para que outras classes de trabalhadores pudessem estar vendo discutidos esses projetos e aprovados.

O Governo, do outro lado, faz a velha prática do “dá o tapa e esconde a mão”, ligando aqui para alguns Deputados, tentando fazer pressão para esvaziarmos o plenário. Que vergonha, na tarde de hoje, de ser deputado estadual! Um Governador que tem o veniz progressista, que emprega 26 parentes no primeiro e segundo escalão, tem a audácia, o limite do escárnio de, às vésperas de uma votação importante como essa, contra o nepotismo, enviar um projeto de lei tentando embananar a votação da tarde de hoje.

Mas, não podemos permitir que isso aconteça. Este é um poder independente. Não podemos sofrer pressão de quem quer que seja. Temos que valorizar a presença de todos os Deputados que estão na Casa Legislativa do Paraná, na tarde de hoje. Não podemos acreditar nas mentiras do Governador, que utilizando aquela tribuna, vem e diz que é democrata, mas que mente descaradamente como fez, dizendo que acabaria com o pedágio, mente dizendo que não vai aceitar a vontade desta Casa de Leis. Não podemos sofrer pressão por quem quer que seja, a não ser a pressão das galerias, a não ser a pressão democrática da sociedade.

Mais uma vez friso: que vergonha de ser Deputado! Cadê o velho MDB de guerra, que o Governador gosta de bradar em alto e bom som quando não tem o contraditório, quando não tem quem encare de frente? Porque ele costuma torcer dedo de jornalista, costuma xingar jornalista e órgão de imprensa. Quem é que mente, Governador, é a Gazeta do Povo, é a imprensa ou é V. Exa. que usa todos os poderes para neste momento, não votar o projeto do nepotismo? Quem é que mente: o Governador, que usa o poder e esvazia a Bancada do seu Partido nesta Casa! Isto vai ser notícia nacional, vai deneigrir a todos nós. Mas, a exceção são os nobres Parlamentares que se fazem presentes aqui. Governador mentiroso que aprovou o projeto dando 126% de aumento para os seus Secretários e não quer dar 56% de reajuste para os professores! Governador mentiroso, que veta o projeto que limita o número de alunos por sala de aula, mas gasta 140 milhões de reais em propaganda falsa, enganosa!

Governador mentiroso, que colocou o seu irmão no Porto de Paranaguá, que era a maior fonte de receita para o nosso Estado e que hoje engorda os cofres de Santa Catarina, levando o progresso para o Estado vizinho, acabando principalmente com a agricultura e com o agronegócio! Ontem vimos o seu Antônio Picinati, 78 anos, chorando à beira de uma rodovia em Sertãoópolis. E hoje estamos, vendo aqui, visitantes que deixam suas cidades, suas casas, o seu trabalho, para vir protestar. E nem recebem a complacência dos outros Deputados que deveriam estar aqui, legitimamente mostrando a cara, não se aco-

vardando, não fazer como faz o avestruz, enfiando a cabeça no chão. Infelizmente, nesses três anos como Deputado Estadual, lamentamos tudo isso. E passo, a partir de hoje, a não respeitar mais os Deputados que fugiram do debate, que aceitam a pressão do Governo, que, depois de discutir o projeto do nepotismo em todas as Comissões, depois de darem declarações na imprensa, depois de assumirem compromissos com o povo, dizendo que votariam este projeto democraticamente, mais uma vez, fogem do debate, correm da raia. Esses Deputados não merecem o meu respeito. Estamos aqui, não podemos fazer o jogo deles. Vamos pedir para os Deputados que estão nos seus gabinetes, ouvindo esta voz, que saiam daí, que deixem as suas tocas e venham para o debate, porque são pagos para isso e têm que, pelo menos, enfrentar aqui as Oposições ou as opiniões em contrário.

Sr. Presidente, este Governo não respeita os 25% constitucionais do investimento em educação básica. Este Governo não é sério e nós não podemos mais aceitar isso. Que V. Exas., Deputados, que todos os representantes dos trabalhadores que aqui estão, levem para as suas casas, para as suas famílias, para as suas classes. Os senhores e as senhoras que são formadores de opinião, este sentimento, esta notícia de cadeira vazia, cadeira vazia da Bancada dos Partidos que sustentam este Governo na Assembléia Legislativa do Paraná. Que vergonha de ser Deputado! Terá que ser notícia nacional, porque os comprados pela imprensa local com certeza, amanhã, não estamparão nos jornais esta notícia dos fujões, dos covardes que deixaram este plenário, que não ousaram enfrentar olhar nos olhos dos trabalhadores, os homens e as mulheres de bem, de mãos calejadas, com o rosto marcado pelo tempo, desrespeitados pelos Deputados e pelo Governo mentiroso do “dá o tapa e esconde a mão”. Que vergonha de ser Deputado!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Gostaria de fazer uma colocação que não me sinto envergonhado de estar aqui, como também os Deputados que aqui estão. Estamos aqui e vamos tomar a nossa posição, fazer o nosso voto. Essa situação da Bancada do PMDB de não estar aqui, é uma situação estratégica, adotada pelo Governador Roberto Requião. Eu não vejo também no ato dos Deputados do PMDB, nenhum ato de covardia.

(Manifestação da platéia)

Eu vejo, sim, e respeito a posição de quem está muitas vezes nos vaiando aqui e agora, mas gostaria de dizer o seguinte: a Bancada no Governo tem uma orientação do Governador nesse sentido. É uma questão política. E acredito que o julgamento para essas questões políticas

devam ser feitas no período certo, no período eleitoral, na eleições que se avizinham e aí sim, - e nós esperamos que o povo faça realmente um julgamento correto sobre o comportamento político dos Deputados faltosos e do Governador que assim orientou a sua Liderança e a sua Bancada.

No mais, acredito que a verdade vem cada dia mais clara e límpida, como vem a luz do sol. Nós vamos saber exatamente quem é o Governador Roberto Requião de Mello e Silva.

Muito obrigado.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Concedo a palavra ao PFL.

Concedo a palavra ao Deputado Durval Amaral.

Liderança do PFL: Deputado Durval Amaral

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, 28 de março e nós temos que votar a proibição do nepotismo.

Mas antes, meu Presidente Pedro Ivo, quero registrar a sua presença, as presenças dos Deputados Marcos Isfer, Elton Welter, Reni Pereira, Ademar Traiano, Luiz Fernandes Litro, Valdir Rossoni, Plauto Miró, Luiz Carlos Martins, Elio Rusch, Hermas Brandão, que tanto apoio tem dado à aprovação dessa PEC que proíbe o nepotismo no Estado do Paraná, Augustinho Zucchi, Ratinho Júnior, Valdir Leite, Arlete Caramês, Ailton Araújo, André Vargas, Renato Gaúcho, Pastor Edson, Luciana Rafagnin, Tadeu Veneri, Domingos Scarpellini, Neivo Beraldin, Barbosa Neto, Natálio Stica.

Enfim, temos no plenário, até o momento, vinte e sete Deputados. Talvez cheguem mais um, dois ou três Deputados, mas ainda teremos um risco muito grande se votarmos a PEC. Se na hora que a Oposição, com os demais Deputado presentes, requerem chamada nominal, se vinte e oito Deputados responderem à chamada nominal, teremos que votar a PEC e, certamente, não alcançaremos o número de trinta e três Parlamentares para aprovar a proibição do nepotismo no Estado do Paraná.

Conversava com o Deputado Tadeu Veneri, o Deputado André Vargas e com o Deputado Valdir Rossoni, e estamos analisando qual é a melhor estratégia para ser seguida. Os Deputados do PMDB não estão presentes. Os Deputados da Base do Governo, não todos, porque existem Deputados da Base do Governo que estão presentes, alguns deles.

Ontem ainda, dava uma entrevista para o Jornal do Estado do Paraná, e alertava que eu temia pelo esvaziamento nesta Sessão, da Base Aliada. Infelizmente o prognóstico se realizou. Corremos, Deputado Valdir Rossoni,

um sério risco ou impomos ao Governo uma derrota colocando trinta e três, trinta e quatro Deputados no plenário e aprovamos a proibição do nepotismo, sem a presença dos Deputados do PMDB, caracterizando, definitivamente, que o Governo do Paraná defende isso, sim, que é a favor do nepotismo, ou recuamos estrategicamente para uma nova votação. É uma avaliação que nós teremos que fazer. Claro, queremos aprovar a proibição do nepotismo nesta tarde, na Assembléia Legislativa, mas não podemos correr risco. Ou corremos o risco como muito bem colocava o Deputado Valdir Rossoni, e se não conseguirmos os trinta e três votos, o que adianta impor ou impingir ao Governo uma derrota e a sociedade paranaense ser derrotada. O que adianta votarmos e não conseguirmos proibir o nepotismo para o Paraná, que seria uma derrota para o Governo, mas junto com a derrota do Governo a sociedade paranaense também seria derrotada, porque não haveria outra oportunidade melhor do que essa do que proibir o nepotismo no Estado do Paraná?

Enfim, vamos continuar discutindo, vamos continuar debatendo, talvez façamos a inversão da pauta, para votarmos o veto que aflige os despachantes do Estado do Paraná, com 28 Deputados aqui nós poderemos derrubar o veto. Já será uma vitória para os despachantes do Estado do Paraná, se fizermos essa inversão em homenagem a eles, contando com o apoio irrestrito de cada um dos Deputados aqui presentes. E automaticamente, estaremos caracterizando porque haverá chamada nominal, todos aqueles Deputados da Base do Governo que não estiverem presentes - e esse que não estão presentes estão defendendo os interesses do Palácio Iguaçu, e não os interesses da sociedade paranaense - pelo menos no dia de hoje.

O Sr. Luiz Carlos Martins (PDT)

Quero deixar registrado para todos os presentes, a forma como o Deputado Durval Amaral conduziu a Comissão que analisou, que discutiu a PEC, o projeto apresentado pelo Deputado Tadeu Veneri. Estendo aos demais integrantes.

Há uma preocupação muito grande, Deputado Durval, o momento em que nós estamos vivendo no Brasil, a questão política que nós estamos presenciando. Isso tudo que está acontecendo hoje aqui, contribui para o descrédito dos políticos, o descrédito dos Partidos políticos, o descrédito de todos nós e na rasteira do Senador Osmar Dias, em relação à Deputada dançarina do Congresso, disse que aquela atitude foi uma atitude de deboche para com o povo brasileiro. Será que essa atitude que o Governador Requião toma nesta tarde não é também um deboche ao povo do Paraná e conseqüentemente ao povo do Brasil? É deboche sim! E nós não podemos continuar debochando do povo. Foi criada uma expectativa muito grande para votar essa PEC do nepotismo. A Comissão, a qual o senhor presidiu com competência, com honradez, foi ágil e ao mesmo tempo foi profunda e aqui está.

E quero, neste momento, também por uma questão de justiça, lembrar do papel do Presidente desta Casa, o Deputado Hermas Brandão, que usou a sua prerrogativa de Presidente para fazer a pauta desta Casa e não titubeou, colocou em votação a PEC para acabar com o nepotismo no Paraná, mostrando e sinalizando que esta Casa não concorda com o que está acontecendo.

Quero fazer um apelo ao Governador Requião: Governador Requião, muitos dos Deputados que estão com V. Exa. agora, podem estar no Cangiüiri, enfim, muitos deles querem estar aqui para votar. Libere os Deputados, libere as Deputadas, é um erro que V. Exa. está cometendo na sua história política. É um erro estratégico que pode custar muito ao Governador. Por que manchar essa história dessa forma? Libere os Deputados que estão junto com o senhor, para que eles venham aqui e votem essa PEC, acabem com o emprego de parentes em todos os Poderes!

Muito obrigado!

(Aplausos)

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Agradeço o aparte e quero dizer que os Deputados da Oposição são totalmente solidários aos professores do Estado do Paraná, no seu dia de paralisação. Solidários aos 56,94% de reposição salarial, à equiparação dos professores, todos com nível superior, aos demais técnicos do Estado, com nível superior, haja vista que os professores recebem R\$ 1.030,00 e dos demais técnicos com nível superior do Governo do Estado, R\$ 1.515,00.

A favor também somos, todos nós, Deputados de Oposição, ao plano de cargos e salários para os funcionários da educação. E vamos, logo mais, após o encerramento desta Sessão, estar presentes no plenarinho, a convite do professor Lemos, acompanhando e apoiando incondicionalmente a luta dos professores do Estado do Paraná e a luta pela reposição salarial.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

No horário destinado à Liderança do PT, com a palavra o Deputado Ângelo Vanhoni.

Liderança do PT: Deputado Ângelo Vanhoni

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Deputado Pedro Ivo Ilkiv, que preside esta Sessão, funcionários públicos, professores, funcionários da área da saúde, membros do MST, que podem estar aqui presentes, trabalhadores de maneira geral, nosso cumprimento pelas suas presenças.

Subi à tribuna hoje, porque preciso esclarecer um mal-entendido muito grande que aconteceu aqui. O

Deputado Neivo estava fazendo uma referência e apoiando o projeto do Deputado Tadeu Veneri, que a Bancada do Partido dos Trabalhadores vai votar por unanimidade contra o nepotismo, tanto na data de hoje quanto num outro dia, mas acabou acontecendo um episódio, uma discussão do Deputado Neivo Beraldin com a líder sindical, Marisa Stédile.

Conheço a Marisa no mínimo há vinte anos. Fiz parte do Sindicato dos Bancários junto com ela. Talvez por não conhecer o rito da Assembleia Legislativa, Deputado Neivo, ela se permitiu fazer uma afirmação a V. Exa. Não quero nem entrar no mérito. Mas, a Marisa era uma lutadora contra a privatização do Banestado, muito tempo antes de o Banco ser privatizado. E é uma defensora dos direitos dos trabalhadores. É uma sindicalista. Assim como os professores que estão aqui hoje, o Lemos e a sua Diretoria, independentemente da sua posição política, seja ela qual for, são sindicalistas. Sindicalistas têm uma função fundamental na vida de uma sociedade democrática, que é defender, em primeiro lugar o trabalho e condições de trabalho melhores, sobretudo num país como o nosso, onde a maior parte dos trabalhadores sofre uma opressão muito grande. Seja por salários baixos, seja por uma estrutura autoritária, hierárquica de cada empresa.

Eu sei que V. Exa. também, independente de ter votado ou não, na época da privatização, V. Exa. foi um guerreiro. Estou dizendo independente, foi um guerreiro na luta contra a privatização da Copel, na luta para apurar as irresponsabilidades no processo do Banco do Estado do Paraná, pós-privatização.

Este mal-entendido não é bom para nós. Assim como não é bom um outro mal-entendido que está se querendo criar aqui na Assembleia Legislativa. O princípio de que votemos a favor para que nenhum governante, seja do Governo do Estado, seja de uma Prefeitura, seja do Poder Judiciário, contrate parentes, por mais que tenhamos alguma vertente nesta lei que possa até cometer injustiças; não é porque tenho ligação consanguínea com alguém, que este alguém não vá ser competente, não possa merecer um cargo de confiança. Mas, no Brasil que vivemos, os cargos de confiança, até a administração pública de uma maneira geral, fizeram uma afronta constantemente para a opinião pública e para o conjunto da sociedade, fazendo da contratação inescrupulosa, muitas vezes, de parentes, não por mérito, que muitas vezes há, e precisamos reconhecer quando há o mérito, mas fizeram contratações de parentes, como nós sabemos, de uma maneira para envergonhar a sociedade brasileira em relação ao Estado que nós temos.

Então, vou votar a favor do projeto pelo fim do nepotismo. Acho que a consciência moral do Brasil, hoje, o passa por uma crise sem precedentes. O meu Partido, o PT, está governando o Brasil, tem uma porção de erros na nossa administração federal, passamos por uma crise sem precedentes. A sociedade brasileira vai ter que dar um salto à frente, junto com o que está acontecendo no Congresso Nacional, com o que aconteceu já na Magistratura

em todo o Brasil e juízes e desembargadores não podem mais contratar parentes, e ninguém tinha o controle disso, não era público.

Então, agora foi disciplinado; é o avanço democrático da nossa sociedade. Mas, queria fazer uma distinção sobre uma confusão que vem acontecendo aqui: o Governo do Estado, o Governador atual tem parentes indicados para o Governo, é verdade, e hoje a Bancada do Governo não está aqui presente. Eu acho ruim, a Bancada deveria estar aqui e deveriam votar, aqueles que são contra votem contra; aqueles que são a favor votem a favor; mas também é preciso respeitar que é um direito democrático da Bancada se ausentar, isto no Parlamento em todo lugar do mundo, é possível.

Tenho a tranquilidade, porque o Presidente Hermas Brandão já me disse que mesmo que não seja votada hoje, amanhã volta à pauta. Então, se não votar amanhã, vai votar na segunda-feira. Vai ter que votar de qualquer maneira, e tenho certeza que vamos acabar aprovando. Mas, é preciso fazer um esclarecimento sobre algo que está se discutindo aqui. Não é porque eu possa ser contra ou a favor do nepotismo, querer jogar em função do problema do nepotismo uma porção de coisas que existem em relação ao atual Governo. É preciso que façamos uma distinção. O atual Governo tem erro e tem acerto, mas o principal deste Governo, no meu modo de entender é que tem alguns acertos. Em primeiro lugar: a Copel, estamos lutando, e lutamos, porque o Governo passado, de oito anos de Governo, quis entregar a Copel para três grupos de empresários, a preço de banana, e nós ficamos aqui. Se não fossem os estudantes e a irreverência dos trabalhadores, a Copel não era mais paranaense.

O Governo do Estado - aprovamos ontem, semana passada, uma mensagem do Governo do Estado, para dar reajuste de salário para servidores do Estado do Paraná. Quarenta mil servidores, vinte mil na ativa e vinte mil aposentados, do quadro geral dos trabalhadores, aumento mínimo de 25%, aumento final de 88%.

Durante treze anos esses servidores não tinham aumento. Dois anos e pouco neste Governo e os outros oito anos no Governo passado. Os professores do Estado do Paraná sofreram terrivelmente durante o Governo passado. O Governo não contratou nenhum por concurso público, e quando você não contrata por concurso público é porque você está dizendo que a educação e o professor podem ter um vínculo precário com o Estado.

Neste Governo foram contratados 36 mil novos professores e profissionais na área da educação por concurso público. No Governo passado nenhum centavo de aumento; neste Governo o aumento médio, e os professores estão aqui lutando por reajustes salariais, 33% há dois anos atrás. É acerto? É acerto! Tem problemas no Governo? Acho que tem. O Governo não pode tratar o Sindicato dos Professores, que tem uma importância histórica na democracia do Estado do Paraná, desta forma. Eu já falei ao Governador Roberto Requião, já falei ao

Líder Dobrandino aqui na Assembléia Legislativa, já manifestei a minha opinião aos membros do Governo.

Mesmo não concordando com as reivindicações, com as propostas políticas da APP, a relação desta entidade com o Governo tem que ser uma relação saudável, democrática, de diálogo permanente. E não levar os professores a um beco sem saída. Não é assim que devemos proceder numa sociedade democrática.

Esta é uma parte que questiono com relação ao Governo. Não sou igual aos meus companheiros que estão votando junto comigo, mas que têm uma posição política e fazem uma crítica ao Governo Roberto Requião, que não é a crítica correta. Muitos deles, é bom que votem contra o nepotismo, mas estão fazendo uma crítica ao Governo Roberto Requião que não é procedente.

Nos oito anos que passaram levaram os servidores público do Estado do Paraná a pão e água. Tentaram privatizar até a educação, construindo o Paranaeducação. Privatizaram o Banco do Estado. Sabem quanto pagamos por mês da irresponsabilidade bancada pelos companheiros que criticam o Governo atual? São 55 milhões todo mês. Sabem até que ano? Até 2030!

Sabem quanto custa o ensino superior em todas as faculdades do Estado do Paraná? Pagar hospital médico, funcionário, professor, água, luz, material? O Paraná gasta, durante o ano, 489 milhões para todo ensino superior do nosso Estado, público e gratuito.

Os irresponsáveis que privatizaram o Banco do Estado fizeram uma dívida que vamos pagar setecentos milhões por ano, até 2030. Arrebitaram com os cofres, não do Banestado, mas da sociedade paranaense. É preciso fazer essa distinção. O Governo atual tem erros, mas tem acertos.

Por isso, companheiros que trabalham no Detran, contem com o nosso voto para a derrubada do veto e contem também para que possamos acabar com o nepotismo no Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

No horário do PSDB, concedo a palavra ao Deputado Valdir Rossoni.

Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, visitantes aqui presentes.

Antes de fazer o meu pronunciamento sobre a questão do dia, gostaria de responder ao ilustre Deputado Ângelo Vanhoni, que se coloca como diferente dos seus companheiros que estão votando a questão do nepotismo. Talvez o Deputado Ângelo Vanhoni esteja acometido da mesma doença de seus parceiros de Brasília. Quando ele

faz a crítica aqui que dez, doze anos não receberam aumento, nem vou entrar nessa questão.

o Governo Roberto Requião assumiu o Governo para corrigir os erros do Governo anterior.

Agora, não é possível que alguém venha aqui fazer críticas da privatização do Banestado, quando sabemos que muitos Deputados desta Casa, ou poucos, não pagaram a conta do Banestado. E nunca fiquei devendo um centavo ao Banestado! Não fui eu que quebrei o Banestado! Não foram meus companheiros que quebraram o Banestado! Foram eles que usaram o Banestado! Então, não queiram arrumar uma cortina de fumaça para este tiro no pé, que o Governador está dando hoje.

Caro colega Ângelo Vanhoni, eu lhe via mais vibrante na tribuna. Vejo-o envergonhado, porque o seu Partido envergonha o país, a Nação, envergonha o povo brasileiro e acaba com os políticos.

Às vezes fico me perguntando: vale a pena fazer política? Estamos vivendo num mundo totalmente diferente, quando o Presidente da República não honra seus compromissos, quando o Governador não honra seus compromissos. Aí, senhores, eu, que exerço o papel de Líder da Oposição, quero me reportar à imprensa: na última quinta-feira, quando o Governador encaminhou a esta Casa uma PEC sobre o nepotismo, até achei que fosse verdadeira. Eu pensei: “o Governador encaminhou uma PEC porque está com um pensamento positivo”. Não, era apenas para tripudiar o projeto do Deputado Tadeu Veneri!

Nós, aqui do Legislativo, não temos o poder da mídia; não temos como nos comunicar com a população. Por isso, o Presidente Hermas Brandão vai implantar a TV Assembléia e, por essa razão, todas as grandes batalhas nós perdemos no Legislativo porque o Legislativo é um Poder aberto, um Poder transparente. Os senhores não conseguiram entrar no Palácio Iguaçu, mas nesta Casa estão tendo a oportunidade de se manifestar e dizer qual é o desejo dos senhores das votações de hoje.

Agora, não há mesmo, Deputado Vanhoni, de comparar pessoas e pessoas. Graças a Deus, não pertencço ao seu Partido; graças a Deus, estamos aqui, não defendendo...

(Manifestação nas galerias)

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Solicito às galerias que não se manifestem para que possamos dar continuidade à Sessão.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não estamos aqui para atacar e procurar dividir. Estamos aqui, hoje, discutindo a questão do nepotismo, no qual o Governador tirou daqui parte da sua Bancada. Isso tem que ficar claro para a população paranaense.

É claro que aqui é o lugar de discutirmos e debatermos todas as idéias. Por isso, se amanhã V. Exa. trouxer um outro assunto que seja de interesse do Paraná, V. Exa.

sabe que sempre estive presente, concordando ou discordando de V. Exa., mas o que eu sinto aqui é colocar uns de um lado, outros de outro. Ora, eu quero estar do lado de cá, porque do lado de lá a Nação assistiu, ontem à tarde, a metade de República caindo por corrupção; por malversação do dinheiro público; por visitar a Casa da Dinda; por montar a casa de Ribeirão preto.

Sei que muitos não gostam de ouvir isso, mas a Nação está cansada do cinismo e do faz-de-conta...

(Manifestação nas galerias)

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Peço a compreensão das galerias para que possamos continuar dentro da normalidade. O Regimento Interno assegura ao orador que ele possa se posicionar e não é permitida a manifestação. É uma norma interna da Casa. Para que o bom andamento da Sessão continue ocorrendo, peço a compreensão das galerias.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Quero dizer desta tribuna: não sou companheiro do Zé Dirceu; não sou companheiro do Palocci; não sou companheiro dessa turma que se diz indiferente e que são diferentes.

Estamos aqui para derrubar o veto do Governador, dos despachantes - vamos votar com os senhores -; estamos aqui para aprovar a PEC do nepotismo; e nem por isso estamos procurando dividir. Estamos procurando somar porque precisamos de 33 votos para aprovar a PEC do nepotismo. Por essa razão, precisamos conciliar.

É claro que somos diferentes. Por essa razão é que estou nesta tribuna. A grande preocupação do Deputado Vanhoni foi mostrar que tinha pessoas diferentes votando igual e a minha preocupação é estar aqui para mostrar ao Vanhoni que somos diferentes, sim: não somos amigos do Delúbio, do Zé Dirceu, do Palocci e da quadrilha que tomou conta da nossa Nação!

Sei que há alguns que não gostariam de ouvir a minha fala, mas a verdade tem que ser dita ao povo brasileiro. Não há mais como fingir que não conhecemos e não sabemos o que está acontecendo: mensalão, república de Ribeirão Preto e outras coisas mais.

Deputado André Vargas, antes de lhe conceder um aparte, queria dizer a V. Exa. que hoje não era o dia de fazer as críticas aqui ao seu Partido. V. Exa. tem sido aqui um Deputado combativo, que tem exercido o seu papel. mas, quero dizer a V. Exa. que eu sabia que havia pessoas na galeria que se posicionariam contra o meu pronunciamento. Mas, não posso aceitar o posicionamento, e é um direito que tenho democraticamente, de trazer aqui a minha posição quanto ao posicionamento do Deputado Ângelo Vanhoni. Ninguém aqui é melhor do que ninguém. Aqui cada um mostra o que é pela sua ação e prova disso, estou aguardando a resposta do Governador quanto à questão da Pavibras. Espero o pronunciamento do

Governador. Ou ele desmente o que disse ou ele confirma, porque já oficiei o Sr. Governador.

Com aparte, V. Exa., Deputado André Vargas.

O Sr. André Vargas (PT)

Deputado Rossoni, lógico, cada Deputado é livre para falar o que quiser. Acho que precisamos nos concentrar exatamente nesta tarefa que temos hoje. Se pudesse, falaria também para o Deputado Ângelo Vanhoni, que de fato a Situação, quando você é Situação ou Oposição, muda muito a perspectiva. Portanto, Deputado Rossoni, lógico que podemos debater, porque o Alckmin, porque o assessor foi demitido, verbas publicitárias. Tem um projeto agora de verbas publicitárias sendo aprovado, do Neivo Beraldin, que trata desse assunto. Mas, a proposta é esta mesmo, não vou entrar no mérito. Amanhã, poderemos debater tranqüilamente as mazelas do PT, as mazelas do PSDB, mas hoje tem três coisas que acho fundamentais: queda do nepotismo, derrubada do veto do Governador dos despachantes, e um compromisso com os professores para restaurar os seus salários e ter um Plano de Cargos e Salários.

Era isso.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado André Vargas, concordo em gênero, número e grau com V. Exa. Estou aberto para o debate para uma outra oportunidade.

Agora, não poderia, Deputado André Vargas, a forma com que foi se dirigido aos Parlamentares do lado de cá, como diz, e aceitar pacificamente. Aqui temos o direito de devolver da mesma forma que vem.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Consulto se V. Exa. gostaria de usar a Liderança da Oposição, que o seu tempo já se esgotou.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Encerro o meu pronunciamento. Acredito que V. Exa. terá a compreensão, estou concluindo em vinte segundos, porque V. Exa. deve ter visto que fui interrompido por várias vezes.

Estou encerrando e aguardando o horário das Oposições, se necessário for.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

É o próximo já, Deputado. Horário da Oposição será o próximo.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Então, apenas para esclarecer aos Srs. Deputados, inclusive ao Deputado Durval Amaral. Há pouco estávamos conversando qual é o melhor procedimento de Plenário. O que devemos fazer, porque estamos num impasse. Se votarmos a questão dos despachantes, temos 28 Parlamentares. Se um Parlamentar votar contra, está tudo perdido. Se formos votar a PEC, precisamos de 33

votos. Não temos esses votos em plenário. Por esta razão, acredito que tenhamos que fazer uma reunião e discutir esta questão.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB) (Pela Ordem)

Gostaria de fazer um apelo ao nobre Deputado Stica: o Deputado Rossoni deixar de usar o tempo que lhe é conferido de direito das oposições, para que não avançássemos mais nessa discussão, porque o interesse maior está nas votações e que passássemos a votar.

Gostaria de pedir a compreensão do Deputado Stica. Amanhã teremos tempo para outras discussões de ordem política e ideológica. Mas, que neste momento priorizássemos a votação.

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

É cinco, dez minutos o horário da Liderança e eu o requeiro, até porque, como disse o Deputado Rossoni, aqui, a Casa é o debate. Requeiro o horário da Liderança do Governo.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Pela Ordem)

Diante do não atendimento do Deputado Stica, ao apelo do Deputado Traiano, quero reforçar aqui a convocação dos membros e dos suplentes da Comissão de Educação, para que possamos, tão logo termine esta Sessão, receber essa caravana que veio das mais distantes regiões do Paraná, de pessoas que estão na estrada desde ontem. Quero reiterar a convocação. Temos assinatura de cinco membros da Comissão, portanto, após esta Sessão estaremos reunidos no plenarinho, recebendo os professores que vieram debater a educação.

Aliás, está correndo em todos os gabinetes alguns comunicados, para antecipar a reunião da Comissão de Educação, colocando algumas questões que terão que ser debatidas com os professores - se é verdade ou mentira isso que de maneira oficial está sendo colocado neste Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Hoje, o primeiro horário é da Oposição.

Deputado Stica, como eu não o havia chamado, por uma questão de justiça, V. Exa. usará o espaço.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nobre Natálio Stica.

Em não atendendo o nosso apelo, sinto-me no dever de estar aqui nesta tribuna, também para fazer algumas considerações. Quero saudar àqueles que vêm dar um brilho especial ao Parlamento Estadual, àqueles que são a essência da democracia, que nesta tarde protestado ou não, estão para prestigiar os Srs. Deputados desta Casa.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, a essência maior e a regra maior da democracia, com certeza, é a harmonia

entre os Poderes, é a relação dentre os Poderes constituídos, Executivo, Legislativo e Judiciário. Mas, o que me parece e me vem na memória neste momento, é exatamente o contrário àquilo do que está escrito nos ditames da lei. Este Parlamento Estadual, por uma iniciativa do nobre Presidente da Casa, do Deputado Tadeu Veneri, com a colaboração de outros 25 Parlamentares, tomam a iniciativa de um projeto de lei complementar, no sentido de acompanhar aquilo que é o sentimento maior da sociedade brasileira, encarnando a sua vontade, de estabelecer um limite derradeiro e definitivo, com relação àquilo que todos nós entendemos como ser uma afronta a toda a sociedade brasileira, que é a contratação de parentes. Mas, o estado de direito estabelece como norma, dizia eu, a harmonia entre os Poderes.

O Governador Roberto Requião, lamentavelmente, mais uma vez, dá uma demonstração ao Paraná, de não respeitar o Poder Legislativo e não respeitar a sociedade paranaense. O Governador Roberto Requião, para jogar com a platéia, para ser notícia nacional, para vender a sua vontade, a sua pretensão maior e impor o seu desejo maior, encaminha para esta Casa uma Mensagem de uma Emenda Constitucional, voto vencido, apesar de que é prerrogativa sua. Poderá fazer, sim, mas considero eu, voto vencido, até porque este Parlamento já havia tomado a iniciativa e falado aos paranaenses e há muito tempo, de que estava estudando este projeto de lei para apresentar aos paranaenses, uma solução definitiva para este caso.

Com muita eficiência, equilíbrio, racionalidade, independente de paixão política, de cor partidária, aqui se somaram lideranças políticas de todos os Partidos, aprimorando este projeto de lei, do Deputado Tadeu Veneri, chegaram à conclusão daquilo que, com certeza, era o sentimento desta Casa e amadureceu-se a idéia. Passou-se pelas Comissões constituídas, pela CCJ, enfim, por todas as Comissões necessárias e pronta para vir ao Plenário e infelizmente o que se observa nesta tarde, é a vontade do rei maior deste Estado, imperando mais uma vez, afastando os seus companheiros, os amigos seus do PMDB deste plenário, para impor a sua vontade, procurando com isto, sepultar uma iniciativa louvável, uma iniciativa, com certeza plausível, pela sociedade paranaense, que é a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Esse confronto não é bom, Srs. Deputados, Deputado Scarpellini, porque o Governador deveria respeitar a vontade deste Parlamento. Esta Casa é a caixa de ressonância da sociedade paranaense. Aqui, com todas as vozes, do pobre, do rico, do analfabeto, do intelectual, aqui dentro desta Casa está o sentimento da sociedade paranaense, que se exterioriza pela vontade dos Srs. Parlamentares, eleitos pelo voto democrático, pelo sufrágio universal. Aqueles que aqui estão, merecem sim, o respeito dos paranaenses como um todo.

Portanto, Sr. Governador Roberto Requião, aprenda definitivamente, a respeitar o Paraná e o Parlamento. V. Exa. tem desrespeitado todos os segmentos deste Estado. É o professor, é o trabalhador, é o empresá-

rio, é o agricultor que ele afronta, quando ele vai numa cidade pequena como a minha, de Santo Antônio do Sudoeste e chama agricultor de burro. Afronta, senhores que aí estão nas galerias, os nossos agricultores quando eles, democraticamente, vão, em praça pública, protestar sobre uma coisa que o Governador lhes prometia na campanha eleitoral. O Governador prometia aos senhores agricultores. Lembro-me perfeitamente, em campanha eleitoral, prometia devolver ao nosso pequeno agricultor o programa “Panela Cheia” e quando lá na minha cidade protestavam com faixas, mandava o agricultor colocar a faixa, não vou dizer onde, mas todo mundo sabe.

Por isso, senhores, este Governador não é um democrata. É um ditador! Toma esta iniciativa, sabem por quê, Srs. Deputados? Porque o seu Governo vai acabar daqui a sete, oito meses. Os seus irmãos não poderão ser demitidos, os seus familiares, os seus parentes, em torno de vinte e sete parentes, não poderão ser demitidos agora. É por isso que toma essa iniciativa, porque quer jogar para a platéia, quer jogar para a opinião pública, quer vender na mídia paranaense e do Brasil, que ele é o exemplo da moralidade e da decência. Ora, se fosse tão decente, tão moralista, tão moralizador, já deveria ter tomado essa iniciativa no início do seu Governo, não agora quando o Governo está terminando!

Portanto, Srs. Deputados, temos que levantar a nossa voz sim, aqueles que aí estão, contem com os Deputados que aqui estão, vamos derrubar o veto, sim, a favor dos nossos amigos do Detran, das auto-escolas, vamos derrubar o veto dos professores, sim, vamos votar pelo fim do nepotismo! Aqui estão aqueles que realmente querem fazer com que a democracia impere nesse Estado.

Com o aparte o Deputado Plauto Miró Guimarães.

O Sr. Plauto Miró Guimarães (PFL)

Deputado Traiano, quero lhe dizer que nós apoiamos todo o seu pronunciamento, item por item. Quero deixar claro aqui, aproveitando esse pequeno espaço da Bancada de Oposição, para dizer que houve neste plenário uma articulação do Governador Roberto Requião para não dar número suficiente de Deputados para que os vetos dos despachantes possam ser derrubados. Isso porque precisa 28 votos para derrubar os vetos e só tem 28 Deputados nesta Casa, se um Deputado votar contra, o veto não cai.

Também a Emenda Constitucional, a mudança que está por ser feita nesta Casa, para acabar com o nepotismo no Paraná, precisa de 33 votos a favor, temos em plenário só 28. Então, a estratégia do Governador Roberto Requião, pelo que tudo indica, até o momento deu certo, seus Deputados aqui não estão e eu esperava ver, no dia de hoje, que um Governador que sempre teve uma posição “ética”, neste momento apresentasse o que é ética, neste plenário.

Obrigado, Sr. Deputado.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Agradeço o seu aparte, Deputado Plauto Miró Guimarães e para concluir, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero reiterar aqui o nosso compromisso de uma postura clara, de uma postura de quem não se acovarda diante da presença de problemas de qualquer ordem, de alguém que vem a este Parlamento e enfrenta qualquer situação, como já enfrentamos no passado quando fomos Governo. Mesmo com a platéia tomando as galerias tivemos posição claras e objetivas, nunca fugimos da raia, portanto, estamos aqui para dizer ao Paraná: estamos presentes para votar o fim do nepotismo e se isto fosse possível poderia ser agora, neste momento, não daqui a seis meses mas, temos que respeitar a vontade da Comissão que discutiu o projeto e a idéia e com certeza aquilo que a sociedade, os Parlamentares entenderem ser melhor nós vamos acompanhar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

No Horário da Liderança do Governo, Deputado Natálio Stica.

Liderança do Governo: Deputado Natálio Stica (PT)

O SRS. NATÁLIO STICA

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, ilustre visitantes.

Não iria fazer uso desse horário até porque não sou mais Líder do Governo, já fui, com muita honra, mas não posso ficar calado ouvindo discurso demagógico de quem não tem moral de atirar pedra para cima! Não tem moral, pelo menos sem usar capacete. E aqui, quando ouço o Deputado Rossoni, o Deputado Traiano, Deputados que hoje são de Oposição, que estiveram aqui durante oito anos de Governo Jaime Lerner, votando pela venda da Copel, votando pela venda do Banestado, que apoiaram Fernando Henrique Cardoso na tentativa de privatização da Petrobras, do Banco do Brasil, da empresa de Correios e Telégrafos, eu não posso ficar calado ouvindo esses discursos demagógicos! Parece que nas galerias as pessoas vão achar que estão escutando as pessoas mais sérias deste país!

Meu Deus do céu, aqui nessa galeria tem lutadores, aqui tem professores, aqui tem trabalhadores sem-terra, aqui tem pessoas que lutaram para que o Banestado não fosse vendido, aqui tem pessoas que vieram e participaram, como eu, que não era Deputado, mas fiz parte dessa galeria, diuturnamente! Vendo aqui quando o Deputado Pessuti foi à luta corporal com Deputados que hoje são da Oposição, na tentativa de não deixar vender a Copel e que perdemos por um voto aquela votação e a Copel poderia ser vendida!

Não foi, graças à movimentação das galerias e do povo nas ruas. Por isso, tenho que subir aqui hoje, e dizer que nós, do Partido dos Trabalhadores, já dito aqui pelo

nosso Líder Ângelo Vanhoni como nós vamos votar. Vamos votar pelo fim do nepotismo, sim, porque o país começa a dar passos para a tranquilidade, para a democracia, para, acima de tudo, a ética. E digo sem medo de errar, só está tendo condição de acontecer isso porque temos o Lula Presidente deste país. Fosse FHC, Collor e essa corja que dominou este país, não teríamos condição. Não fosse o Lula Presidente deste país, não deixava as CPI, como não foram deixadas as CPIs no passado. Porque não venham dizer que o tal mensalão nasceu neste Governo. Esse mensalão já tem barba e bigode há muito tempo, esse mensalão já é velho, esse mensalão já existe há muito tempo e agora, com o Governo Lula, nós temos a condição...

Sei que é difícil ouvir as verdades, mas escutei calado, e por isso pedi para usar este horário. Não posso e não vou, enquanto Deputado, aceitar provocações baratas deste tipo de querer pousar de moralista. É bom que votem, sim, pelo fim do nepotismo, não sei se por medo das galerias. Nós votamos por convicção. Votamos porque achamos que este país tem que ser passado a limpo.

Sei que é difícil, Deputado Traiano, escutar as verdades, mas V. Exa. já foi Deputado por muitos anos, aqui, já esteve na Situação, hoje V. Exa. é Oposição, mas foi Situação de um Governo sujo, de um Governo que roubou este Estado, de um Governo que, além de vender as empresas do Paraná, deixou endividado. E o Deputado Ângelo Vanhoni tem razão.

Com certeza não falei aos Deputados, jamais chamaria V. Exa. com esse adjetivo que agora é dado. Mas dizia que o Governo que V. Exa. defendeu foi o Governo que deixou uma dívida de 50 milhões por mês, com 30 anos para pagar! É esta a herança maldita deixada pelo Governador que V. Exa. defendeu! O Banestado, da Marisa Stédiler, que estava aqui há pouco, e se ela cometeu uma injustiça com o Deputado Neivo que defendeu o Banestado e aqui votou contra, é porque ela sabe o quanto foi sofrido e não conseguiram segurar o Banestado, que acabou sendo um Banco falido por conta da má gestão dada por aquele Governo que felizmente não deve mais voltar a este Estado.

Nós vamos votar, sim, pelo fim do nepotismo. Quero inclusive dizer, vai ser difícil achar um Secretário de Educação à altura de Maurício Requião, mas tem que ser votado. Nepotismo diz aquela faixa: Faz mal à saúde.

É por isso que nós vamos votar. Isto é uma votação com sentimento de ética que nós, do Partido dos Trabalhadores, temos. O nosso Partido tem erros, sim, e é público, mas esses erros estão sendo um a um vistos, e um a um estão respondendo por isso.

Nós não acobertamos e nós não escondemos CPIs como já fizeram no passado. Este país está sendo passado a limpo e a população está vendo. Não é de graça que o Presidente Lula está com as pesquisas hoje lhe dando um patamar, que pode somar todos os pré-candidatos que aí se apresentam e não chega ao índice dado ao Presidente Lula. A população sabe quem faz por esse país.

O Presidente Lula teve a coragem, a ousadia de trazer o programa Fome Zero, que atinge mais de dez milhões de famílias no nosso país. Tantos, que eu não tenho condições pelo tempo, de ficar aqui esclarecendo.

Quero dizer que o Governador Roberto Requião, que foi aqui acatado pela Oposição, foi o Governador Roberto Requião que teve a coragem de fazer algumas mudanças no Paraná. Panela Cheia, que V. Exa. se referiu agora há pouco, Deputado Traiano, está isento até trinta e cinco mil reais, aprovado aqui por unanimidade dos Deputados, numa Mensagem vinda do Governador Requião. Fundo de Aval para os pequenos agricultores que sequer são donos das terras em que moram, dado aqui com uma Mensagem do Governador Requião. Salário de Plano de Cargos dos Professores, que sofreram durante o Governo que V. Exa. defendeu e não veio nada aqui votado por nós, de uma Mensagem do Governador Requião. Gás para a saúde que no seu Governo sofreu a miséria, aqui dado pelo Governador Requião e votado por estes Deputados, reposição do Quadro Próprio dos Servidores do Estado, agora na semana passada, Mensagem do Governador Requião que estava onze anos sem nenhum reajuste, porque incluía oito anos.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Um minuto para V. Exa. concluir, Deputado Stica, com mais o acréscimo de um minuto como procedemos com o Deputado Traiano.

Dois minutos para V. Exa. concluir.

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

Agradeço a condição que V. Exa. dá de igualdade, e passo um minuto para a Deputada Luciana.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (PT)

Quero também saudar os nossos professores, os despachantes, que também estão aqui, os servidores. Só queria endossar suas palavras, com relação ao Governo Federal, que às vezes dói para algumas pessoas, fazer uma comparação que o seu Governo que administrou por oito anos, não gerava mais do que oito mil empregos mensais, enquanto que o Governo Lula, nos três anos, já está gerando mais de cem mil empregos mensais, da carteira assinada.

Pela primeira vez, nos últimos dez anos, tivemos uma diminuição da desigualdade social. Então, tudo isso é um investimento muito grande, na agricultura familiar, inclusive com o programa de habitação nunca tido no campo e, agora está tendo, está ajudando a milhares de famílias a realizar o sonho da casa própria. Então, temos inúmeros motivos para comemorar, com o Governo que nós temos.

Quanto à questão da ética, à questão da corrupção: nunca tivemos uma abertura no Governo de forma que estamos tendo agora, no Governo Lula, onde as CPIs funcionam livremente. Onde a Polícia Federal está atuando, onde o Ministério Público está atuando, que bom se

tivesse sido assim nos governos anteriores, com certeza, o país não estaria na situação que está e não teria passado pelo desmonte que passou.

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

Muito obrigado, Deputada Luciana. Dez minutos é muito pouco para falar de tudo que o Presidente Lula e o Governador Requião fazem para o Paraná e para o Brasil.

Quero deixar a tranquilidade aos professores, ao pessoal que representa no veto do Detran, que nós vamos votar a pouco, que nós iremos aqui cumprir o nosso papel de Deputado consciente, mas não fazendo apenas o discurso demagógico daqueles que têm um passado que não permite jogar pedra sem estar com capacete de aço.

Parabéns a vocês que aqui estão.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 30 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, projetos de lei em nº 2 (dois), de autoria do Deputado Nereu Moura, constantes do presidente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 589, de autoria do Deputado Durval Amaral, com apoio dos Srs. Deputados Ratinho Júnior, Plauto Miró Guimarães, Ademar Traiano e Barbosa Neto, constante do expediente, solicitando a inversão total da pauta da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.**

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Verificação de votação.

Chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Chamada nominal dos Srs. Deputados.

Convido o Sr. 1º Secretário, Ailton Araújo, para procedê-la.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Ailton Araújo**)

(**Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados**)

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Vinte e oito (28) dos Srs. Deputados responderam à chamada nominal.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, como a inversão de pauta será aprovada e o primeiro projeto a ser votado é o projeto que diz

respeito ao veto apostado ao projeto dos despachantes, hoje, pelas informações que temos no plenário, temos vinte e oito votos, o que é o suficiente para derrubar o veto, desde que todos os Deputados votem pela derrubada. A Bancada do PT e a maioria dos Deputados aqui presentes, todos indistintamente vão votar pela derrubada deste veto.

Pois bem, a pergunta que faço à Mesa: nós não temos quórum suficiente para aprovar a Emenda Constitucional do Deputado Tadeu Veneri, que prevê o fim do nepotismo no Estado. Minha pergunta: a Sessão de amanhã vai continuar com a mesma pauta de hoje?

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

A mesma pauta que está hoje. Podemos incluir mais alguns projetos em votação.

Pelo Ordem, com a palavra o Deputado Barbosa Neto.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Tenho a preocupação, Sr. Presidente, que dentro daquilo que está dizendo o próprio Deputado Ângelo Vanhoni, de que nós não conseguimos os 28 votos necessários para derrubar o veto. Mesmo estando com 28 Srs. Deputados, entendo que seja um risco levarmos este projeto para votação na tarde de hoje.

Tenho consultado, inclusive, o Pereira, que é o Presidente dos Sindicatos e a decisão vai ficar aos despachantes. Eu gostaria de encaminhar o requerimento pedindo a retirada por três sessões, para ter mais tranqüilidade para votar.

Quero consultar V. Exa. se é possível isto?

O SR. RATINHO JÚNIOR (PPS) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, dentro desta preocupação do Deputado Barbosa Neto - desculpe, até minha ignorância - mas, gostaria de saber se dentro do Regimento Interno poderíamos fazer uma votação aberta, aqui?

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Não, não permitido. Vetos só podem ser com votação secreta.

O SR. BARBOSA NETO (PDT) (**Pela Ordem**)

Vamos retirar, então, Sr. Presidente? É a minha sugestão. Pereira, vai para o voto? Vai arriscar? Então, está bem.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, gostaria de sugerir à Mesa que advertisse os Srs. Deputados do processo de votação para não se ausentar. Quem respondeu à chamada para permanecer aqui.

Não podemos nos ausentar do plenário, depois do processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Todos os Deputados conhecem o Regimento Interno desta Casa e sabem que depois de respondida a chamada, tem-se que participar da votação.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Mas, esta chamada, Sr. Presidente - só para efeito de esclarecimento - ainda não tivemos oportunidade de discutirmos o veto.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vamos votar só a inversão de pauta.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Ah, sim! Concorde com V. Exa.

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, pedimos a verificação de votação no requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vou colocar em votação o requerimento.

Em votação o requerimento pedindo a inversão total da pauta.

Aprovado.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, num entendimento que tivemos, e que está sendo mantido entre as lideranças dos despachantes com os Srs. Deputados, já chegou-se à conclusão de se adiar por três Sessões o veto, que é a sugestão do Deputado Barbosa Neto, inclusive, porque senão poderá ser derrubado aqui e o prejuízo dos despachantes será muito grande.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

É só os Deputados que estão presentes, alguns não votarem, que não dará número.

O SR. RATINHO JÚNIOR (PPS) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, em conversa com o Presidente do Sindicato dos Despachantes, vamos encaminhar um requerimento pedindo a retirada por três Sessões, devido ao número ainda não completo dos Srs. Deputados aqui na Casa, e lógico, é da vontade de todos os Deputados aprovar este projeto, mas para não correr risco, de acordo com os despachantes, vamos fazer esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Veto não se adia.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT) (**Pela Ordem**)

Gostaria de explicar para os presentes. Se fizermos a votação aqui agora, como só temos 28 votos, talvez não tenhamos os 28 votos, tenhamos 27 e um em branco, e aí

perdemos a derrubada do veto, porque só 28 Srs. Deputados estão aqui presentes. É um risco muito grande. Há um consenso entre os Deputados que vamos derrubar o veto, mas precisamos de mais alguns Deputados para ter segurança. Então, se começarmos a votação, o Presidente não tem outra alternativa, o veto vai ficar mantido.

Então, o único recurso que temos aqui, para os despachantes entenderem, é que não se dê quórum para a continuidade da Sessão. Para quê? Para que o projeto do veto volte amanhã para o plenário para podermos analisá-lo ou depois de amanhã, vai depender de um entendimento com a Presidência da Casa. Se procedermos qualquer votação, não conseguimos derrubar, e aí não tem mais o que fazer este ano.

Então, é prudente que se adie para amanhã, solicitando a alguns Deputados, no mínimo oito Deputados aqui presentes, que se retire, do plenário para não ter quórum em qualquer votação aqui na Assembléia Legislativa, hoje.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Fazemos a chama nominal para votação. Se não votarem 28 Parlamentares, não se abre a urna.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

É esta colocação que iria fazer, Sr. Presidente, e concordo com a posição do Deputado Vanhoni. Acredito que temos que esvaziar o plenário para não votar. Como não votaremos o veto da questão dos despachantes, também não votaremos a PEC, porque também não há número.

A chamada se fez necessária para que se tivesse a lista dos Deputados presentes.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT) (Para Encaminhar)

No nosso entendimento não é mais prudente que dez Deputados se ausentem do plenário e que um Deputado peça verificação de votação. Então, faço a verificação de votação e que dez Deputados se retirem.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Atendendo a solicitação de V. Exa., mas tem que pedir chamada nominal novamente para processo de votação. Então, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados que estão presentes.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Ailton Araújo)

(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados).

Dezoito Deputados estão presentes.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não há quórum para a votação.

Encerramento da Sessão:

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 29, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 040/05.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 527/05.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 464/05.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 718/03, 211, 330, 399, 695, 729 e 756, 769, 773, 790, 792, 797/05; 010, 012, 019, 023, 035 e 070/06 e do Projeto de Lei Complementar nº 759/05.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 287, 418/05, 020, 049, 053, 055, 068, 069 e 078/06.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 021/06.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Ata de Comissão

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e cinco, reuniu-se na sala de reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente, sob a Presidência da Sra. Deputada Cida Borghetti e com a presença dos seguintes Deputados: Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Elza Correia e Carlos Simões. A Sra. Presidente declara aberta a presente reunião, apresentando a pauta na seguinte ordem: 1) votação da Ata da 3ª Reunião Ordinária - APROVADA; 2) Votação da Ata da 4ª Reunião Ordinária - APROVADA; 3) Projeto de Lei nº 099/05, de autoria da Deputada Arlete Caramês. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Elza Correia - APROVADO; 4) Projeto de Lei nº 100/05, de autoria do Deputado Artagão Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Accorsi - APROVADO; 5) Projeto de Lei nº 460/05, de autoria do Deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Renato Gaúcho - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente deu por encerrada a presente reunião, e para constar, eu, Luciane Andretta, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Sra. Presidente, demais membros e por mim, para que produza os efeitos legais.

(aa) CIDA BORGHETTI - Presidente
Luciane Andretta - Secretária